

Tudo agora depende de nós mesmos; de nossa prudencia, moderação, e energia: continuemos como principiamos e seremos apontados com admiração entre as Nações mais cultas.

Proclamação da Assembleia Geral do Brasil.

Subscrição-se para esta folha a 3000 por quartel pagos adiantados nesta Typographia, rua das Cruzes D. 5, e na Praça da Independencia D. 37 e 38, onde se recebem correspondencias legalizadas, e annuncios; inscrição-se estes gratis, sendo dos proprios assignantes, e vindos assignados.



CAMBIO.

OUTUBRO. 30.

Londres.....	33 por 1000 ced.
Lisboa.....	90 por 100 premio, por mesio oferecido.
Francia.....	295 reis por franco.
Rio de Janeiro ao par.	
OURO — Moedas de 6400 rs., Velhas	148000 a 158100
Ditas " " Novas	148700 a 149000
Ditas de 4000 rs.,	80000 a 80200
PRATA — Patacoes Brasileiros	17500 a 17510
Pezos Columnarios	17500 a 17510
Ditos Mexicanos	17500 a 17510
Premios das Letras, por mez	1 1/8 a 1 1/2 por 100
Moeda de cobre 3 a 4 por 100 de dico.	

Dias da Semana.

28 Segunda	— S. Simão e Judas Thadeo.	Relação, e Aud. do J. de D. da 1. vara de manhã.
29 Terça	— S. Feliciano M.	Sessão da Thez. Audiencia do J. de D. da 2. v. da
30 Quarta	— S. Serapião B. C.	Rel., e aud. do J. de D. da 2. v.
31 Quinta	— S. Quintino M.	
1 Sexta	— Festa de todos os Santos	
2 Sabbado	— Comemoração dos Defuntos.	Rel. e aud. do J. de D. da 3. v.
3 Domingo	— S. Malaquias B.	

Mare cheia para o dia 2 de Novembro.

As 2 horas e 6 minutos da tarde — As 2 horas e 30 minutos da manhã.

Partidas dos Correios Terrestres.

Cidade da Parahibá e Villas de sua pretensão.	Segundas e Sextas Feiras.
Dita do Rio Grande do Norte, e Villas Idem.	
Dita de Fortaleza e Villas Idem.	
Villa de Colônia.	Todos os dias.
Cidade de Olinda.	Quintas feiras.
Villa de S. Apollônio.	Dias 10, e 24 de cada mez.
Dita de Garanhuns e Povoação do Bonito.	Idem 11, e 21 dito dito.
Ditas do Cabo, Serapiacem, Rio Formoso, e Porto Calvo.	Idem Idem
Cidade das Alagoas, e Villa de Maceio.	Idem 15, dito dito.
Villa de Pajubá de Flores.	

Todos os Correios partem ao meio dia.

DIARIO DE PERNAMBUCO

RIO DE JANEIRO.

ASSEMBLEA GERAL LEGISLATIVA.

SENADO.

Sessão em 4 de setembro de 1839.
Presidencia do Sr. Diogo Antonio Feijó.
Reunido numero sufficiente de Snrs. senadores, abre-se a sessão, e lida a acta da anterior, é approvada.

Expediente.

O Snr. primeiro secretario lê a representação dirigida pelos habitantes da Bahia, sobre a necessidade de reformar o codigo criminal, etc.

O Snr. Presidente declara que a representação será remetida á commissão de legislação, e impressa no jornal da casa.

Sendo approvado que se nomeasse huma deputação para ir comprimentar a S. M. o imperador no dia 7 do corrente, são eleitos á sorte o Snr. Ferreira de Mello, Rodrigues de Andrade, Mello e Mattos, Jardim, Vasgueiro, e Almeida e Silva.

Tendo o Snr. Lopes Gama pedido que se nomeasse hum membro para substituir nas commissões de legislação e de assembleas provinciais, assim se decide: bem como que se nomeasse hum membro para a de fazenda, durante o impedimento do Snr. Alves Branco.

Passando-se a fazer as ditas nomeações, são eleitos: para a commissão de legislação, o Snr. Carneiro de Campos com 4 votos: para a de assembleas provinciais, o Snr. Almeida Albuquerque com 9 votos, e para a de fazenda, o Snr. Mello e Souza com 9.

O Snr. Paraiso participa que o Snr. senador Luiz Jose de Oliveira não comparece por incommodado: fica o senado inteirado.

Le-se e fica sobre a mesa o seguinte parecer: A commissão de constituição examinou a resolução vinda da camara dos deputados, na qual se declara que o tempo da residencia exigido pelo artigo 1.º, § 4.º da lei de 23 de outubro de 1832, para que possa ter lugar a naturalisação dos estrangeiros, fica reduzido a 2 annos, que correrão independentemente da declaração previa feita na camara municipal respectiva, de que falla o § 3.º do artigo de lei acima citado, a qual, nesta parte, tambem fica revogada; a commissão entende que essa resolução he util, e que deve entrar em discussão, para ser approvada.

Faco do senado. 31 de agosto de 1839 — Marquez de Maranhão — Visconde de S. Leopoldo. — Vasconcellos.

Ordem do dia.

Continua a discussão, addida da antecedente sessão, do requerimento do Snr. Ferreira de Mello propondo o addiamento, até a futura sessão do projecto que interpreta o acto addicional.

Tendo dado meio dia, o Snr. presidente declara que a discussão fica adiada; e tendo-se pedido a prorogação da sessão para se votar, proroga-se até huma hora da tarde.

Posto a votação o requerimento, fica esta empatada.

O Snr. presidente declara que o senado vae trabalhar nas commissões, e designa para ordem do dia, o desempate da votação do requerimento do Snr. Ferreira de Mello, e trabalhos de commissões.

Levanta a sessão aos tres quartos depois do meio dia.

PERNAMBUCO.

COMMANDO DAS ARMAS.

EXPEDIENTE DO DIA 26.

Officio — Ao Inspector da Thezouraria, disendo-lhe em resposta ao seo officio de 8 do corrente, que a ordem Imperial de 16 de Maio de 1834 manda abonar aos officiaes Reformados, alem dos soldos que como taes vencerem, os ordenados, e gratificações que lhe competirem pelos empregos que exercerem, e que sendo presenmente o unico vencimento marcado ao Vice-Director do Arsenal de Guerra a gratificação de 300000 rs. mensaes como se acha determinado no Aviso de 15 de Outubro de 1833, vencimento que caberia actualmente a um paisano que fosse chamado para exercer este emprego, outras vantagens não podião a seo vôr. caber ao Vice-Director segundo Tenente Reformado João Arsenio Barbosa, que as da referida gratificação, soldo da patente como reformado, e gratificação adicional ao soldo por estar comprehendido no artigo 1.º da Lei do 1.º de Outubro de 1834. Que não obstante, se estivesse marcado o ordenado que alem da gratificação já estipulada deviria ter o Vice-Director paisano, entao ao actual competiria este mesmo ordenado, e mais o seo soldo como reformado tal era a sua opinião a semelhante respeito.

Dito — Ao Tenente Coronel Commandante da Ilha de Fernando de Noronha, respondendo aos seus officios de 4, 6, e 14 de Maio deste anno em numero de 5, significando-lhe que approvou o expediente que tomara de rebaixar para soldado o Corneta J. J. do Bomfim, e de passar a Corneta o soldado do destacamento F. J. das Neves; assim como o detalhe que estabeleceu para tornar menos pesado o servico Militar da Ilha. Que no Brigue — Jupiter — seguiu a ser-lhe apresentadas cinco praças do terceiro Batalhão de Artheria para reforçar o destacamento, e mais 4 addidas ao mesmo Batalhão, que pertencendo a Corpos actualmente empregados no exercito do Sul, erão mandadas servir na Ilha, a fim de se corrigirem; que estas 9 praças tinham recebido do Arsenal de Guerra um jaque, um bonet, uma gravata, duas pares de calças brancas, duas camisas, um par de capatos, uma manta, e uma esteira, como devia constar da guia que lhe remetia o Commandante do terceiro Batalhão; que pelo mesmo brigue receberia o fardamento vencido no primeiro semestre deste anno, pertencente as 48 praças do Destamento, inclusive as polainas que requisitara; que o Commandante do Brigue lhe entregaria a quantia de Rs. 8,600 do ajuste de contas de fardamento da extinta Companhia que guarnecia a Ilha, até o ultimo de Dezembro do anno p. p., com exclusão da de 100000 pertencente ao Cabo Roza Araujo, ex Corneta Bomfim, e soldado Malaquias, que se haviam recolhido ao Corpo. Concluia dando suas disposições a respeito de varios objectos relativos ao servico.

Dito — Ao Coronel Director do Arsenal de Guerra, remetendo-lhe um soldado da Companhia d'Artífices, para que o corrigisse pelo crime de ter sido encontrado pela Policia tarde da noite, e insultar a patrulha que o quiz prender.

Dito — Ao Commandante interino do terceiro Batalhão de Artilheria, ordenando-lhe que tivesse promptas a embarcar para a Ilha

de Fernando no dia, e o hora que se lhe indicasse as 4 praças, e officiaes, addidos ao Batalhão do seu Commando, certo de que devião hir pagas de soldo, e Etape até o fim do corrente mez.

Dito — Ao mesmo, disendo-lhe que da quantia de 1007000 reis do ajuste de contas de fardamento da extinta companhia da Ilha de Fernando, devia deixar em Caixa á de 1400000 reis pertencente as tres praças que recolherão, para ter destino em opportuno tempo.

Diversas Repartições.

TRIBUNAL DA RELACÃO.

SESSÃO DO DIA 31 DE OUTUBRO.

Na Appellação Crime do Juizo de Direito desta Cidade. Appellante a Camara Municipal da mesma, e Appellado o Capitão Manoel Joaquim de Oliveira. Escrivão Ferreira; foi julgada pela confirmação da sentença recorrida.

Na Appellação Civil do Juizo de Direito da Comarca das Alagoas, Appellante Padre Manoel do Rozario Tavares, e Appellada Maria Joaquina, Escrivão Bandeira; se julgou pela confirmação da sentença.

ALFANDEGA DAS FAZENDAS.

EUIF.

Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, Inspector d'Alfandega, faz saber que no dia 2 de Novembro: se hade arrematar em hasta publica, e na Porta da mesma ao meio dia; vinte quatro cadeiras de balanço, no valor de cento e oito milrs. empugnadas pelo 2.º Escripturario Luiz da Veiga Pessoa, noventa e seis cadeiras Americanas de assento de palha, no valor de duzentos e dezecis mil rs. empugnadas pelo Ajudante do Stereometra João Theodoro da Cruz, no Despacho n.º 1899 de L. G. Ferreira & Mansfield, sendo o Arrematante sujeito ao pagamento dos Direitos.

Alfandega do Pernambuco 31 de Outubro de 1839.

Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo

— A Pauta he a mesma do n.º 231.

MEZA DO CONSULADO.

— A Pauta he a mesma do n.º 238.

CORREIO.

Existe no Correio do Recife as cartas seguras para João Evangelista do Nascimento, e Luiz Francisco Silva Montezuma.

Em virtude do artigo 46 da Lei Provincial n.º 73 de 30 de Abril p. p., pela Administração Fiscal se hade comprar a quem por menos vender os generos seguintes, a saber para a obra da Thezouraria Provincial 8 taboas de forro de loiro, 1 dita de costado d'amarello, 1 dita de assualho de amarello, para a estrada do Sul o seguinte, 6 enxadas, 6 fouces de fossar, 3 maxados, e 6 pás.

A. F. de Moura.

A. F.

Os Officiaes de Carpinteiro, que se quizerem empregar nas Obras Publicas: dirijão-se ao Inspector Geral Interino na Repartição ás horas do expediente.

Inspeção Geral das Obras Publicas 31 de Outubro de 1839.

J. Boyer.

PREFEITURA.

PARTI DO DIA 31.

Illm. e Exm. Sur. — Forão prezos hontem á minha ordem, e tiverão hoje destino: Jozé Florencio Vieira, e João Gualberto, pretos, este escravo de Felix Correia da Silva, Thedora Maria de Jezus, parda, e Agostinha Francisca, india, pelo Sub-Prefeito de S. Antonio, o 1.º, e 2.º por serem encontrados perto de meia noite na Ponte do Recife, e fazerem-se suspeitos, e as duas ultimas por serem desordeiras no lugar da Cabanga; e Jozé dos Santos Torres, pardo por um Inferior do Corpo Policial, por ter ido á casa de uma preta, e exigido as chaves da gaveta de uma meza, que ella tinha em sua sala, depois de se ter informado se n'ella existia dinheiro.

O Sub-Prefeito de Santo Antonio participa que esta manhã apparecera enforcado na travessa da estrada do lugar da Ilha dos Ratos o preto Antonio, escravo de Manoel de Medeiros Carvalho, morador no lugar das 5 Pontas; e que, tendo-se procedido á competente vestoria, no cadaver do dito preto, nenhum indicio se lhe encontrou, de que tivesse sido for ado com castigos á commetter semilhança excessiva quando pelo contrario elle voluntariamente se havia enforcado em um pedaço de corda, que cortara de uma rede, que se achava ali estendida, saindo para isso de casa pelas 4 horas da manhã com huma faca de meza, que foi achada, e com a qual se servira para cortar a dita corda.

E' o que consta das partes hoje recebidas nesta Secretaria.

TRIBUNAL DOS JURADOS.

Sessão do dia 30 de Outubro de 1839.
Jury de Accuzação.

Denuncia do Doutor Promotor, contra Joaquim Malaquias de Brito, por crime de contuções; o Jury não achou materia para accusação.

Jury de Sentença.

Dita do dito dito contra Antonio da Rocha Albuquerque, pela morte feita a seu irmão João Chrisostomo; foi condemnado a galés perpetuas; o Doutor Promotor appellou para a Relação.

Dita do dito dito contra Pedro Jozé de Loreto, por roubo de escravos; foi condemnado a 4 annos e meio de galés; protestou por novo julgamento.

Carapuceiro

Resposta de Sempronio, continuada do N.º antecedente.

Disseste, meu respeitavel Papirio, que a Igreja para corrigir, e curar a corrupção, e immoralidade do seu clero sempre encontrou remedio nos seus Concilios sem carecer de recorrer aos Poderes politicos — Has me de permitir, que te diga, que a este respeito estás completamente enganado: e disto facilmente te convencerás, se leres ahi qualquer Historia Ecclesiastica. Os Concilios, e mais se são ecumenicos, sempre foraõ de grandissima vantagem, e muitas vezes indispensaveis para decidir as controversias da Fé, e da Moral, pa-

ra condemnar heregias, &c. &c.: mas para emendar costumes geraes nem sempre o conseguirão os maiores Livellos dos Pastores, dos Concilios, e de toda a Igreja.

Ainda que esta seja mui distincta do Imperio, todavia ambos devem ajudar-se reciprocamente, e convergirem para o mesmo fim, que he a felicidade temporal, e espiritual dos homens; por que sem Religião o que seria do Imperio? E se o Imperio despreza a Religião, a que estado se verá esta reduzida? Jazia a Igreja abatida, atenuada e perseguida em quanto não encontrou em os Imperadores Romanos, se não indifferentistas, ou encarniçados perseguidores: mas logo que a Providencia em sua alta sabedoria suscitou hum Constantino protector dos Christãos, que impulso, que incremento, que gloria não adquiriu a Igreja de J. C.? De balde o famoso Concilio de Nicéa declarára herege o facinoroso Ario: este zombava dos seus anathemas, e ia por diante assolhando as suas blasfemias: mas logo que elle viu o Imperador assente em pessoa a este Concilio, logo que Constantino se declarou protector da doutrina Catholica, tudo mudou de face, a heregia apavorou-se, o contumaz Ario foi mandado para o desterro, onde terminou miseravelmente os seus dias, devorado de remorsos.

Sempre que o Poder temporal protegeo, e sustentou a Igreja, o Clero mostrou-se digno da sua alta missão, e os bons costumes apparecia de todas as partes; mas apenas aquella invadia o sanctuario desta, ou esta se queria ingerir nas attribuições d'aquelle, excitava-se as paixões, surgia os escandalos, e o Clero degenerava de sua devida moderação, e piedade.

Quem há, que lendo a Historia da Igreja em os seculos de barbaridade não encontre os infelizes esforços de varios Prelados, do Vigário de Christo e de innumerables Concilios Diocesanos, Provincias, Geraes, e Ecumenicos para obstar a os escandalos, e immoralidade do Clero, e não menos dos outros fieis? De balde chovia sobelles os raios do Vaticano, de balde Bispos zelosos os admoestavao, de balde os mesmos Concilios fulminavao penas sobre penas, lastimando o estado de geral corrupção; esta continuava da mesma sorte, até que do excesso do mesmo mal soube a Divina Providencia tirar o remedio, e desassombrar a Igreja do peso, que acobruha, e encheia de magoas: finalmente tal he a dependencia, em que sempre esteve a Igreja do Poder temporal para a boa execução de suas leis, que os Summos Pontifices no encerramento dos Concilios sempre se dirigiram a os Principes Christãos, recommendando-lhes, e pedindo-lhes, houvessem de fazer observar pontualmente as suas disposições em os seus Estados, o que de certo não praticariao, se reconhecessem na Igreja força bastante para per si só emendar abuzos, e reformar costumes. Vide Baronio, Tillemont, Fleury, Ducreux, o Conde de Segur, &c. &c.) Se os Clerigos por huma parte pertencem mui estreitamente á Igreja, por outra são subditos do Estado, se a Religião lhes impõe a obrigação d'uma vida pura, austera, e exemplar; o seculo, em que de força nascerao, e foram educados lhes embebe o coração as suas maximas, os seus principios, as suas seduções.

Eu sou o primeiro a confessar, e a lastimar o estado de degradação do nosso Clero: conheço a necessidade de huma reforma radical; mas esta em meu fraco juizo deve vir primeiramente do Poder temporal, já na escolha de Prelados sabios, e virtuosos, já na confecção de leis, que restituão ao Clero a sua antiga consideração, e respeito, já na promoção de Seminarios, onde seja criados com o leite das doutrinas Ecclesiasticas, e na solida piedade os mancebos, que se destinão para o Ministerio do Altar, já concorrendo effezamente para a restricta observancia dos Canones da Igreja, já finalmente promovendo, e acorrocando o Culto Divino. Feito isto, meu Papirio, tudo mudaria de face: não faltariao familias honestas, que fossem oferecer seus filhos para o serviço do Senhor, ao que hoje quasi todas se recusão por ver o desprezo, e aviltamento, em que se tem o estado Clerical. Então os Padres seriam verdadeiros pais da terra, e aptos para preservar da corrupção a os mais fieis; então cessariao os escandalos, e o Brazil bem morigerado, e industrioso chegaria ao fastigio da felicidade, e da gloria. A final queira a consequencia da exactidão dos meus principios a este respeito? Queris ter huma cabal convicção do poder do seculo sobre o Sacerdicio? Repara nisto. Pelas leis da Igreja o Parocho tem obrigação de publicar na porta do Templo os nomes daquelles fieis, que faltao ao cumprimento da desobriga Quaresmal, declarando excommungados, e bem assim de negar sepultura sagrada a aquelle sem freguez,

que morreo impenitente. Ora dize-me sinceramente, meu Papirio, qual seria hoje o Parocho, que ousasse cumprir qualquer destas suas obrigações? O mais pio bugimico, desses, que por ahi andão, que parecem hums bonecos de feitiço, ou de pelotica, se visse o seu respeitavel nome estendido por excommungado na porta da Igreja, o que não faria ao pobre Parocho? Não seria máxilla, se lhe fosse ás ventas, ou ainda pior dentro da mesma Igreja; e depois ahi estava o sancto Ury, que não acharia peconha para a accusação, visto que o «joven» assim praticava por «no-bre orgulho», &c. &c.; e o mesmo faria os parentes do morto, a quem fosse negada sepultura Ecclesiastica.

Em conclusão a esta minha resposta bem quizera dizer alguma coisa á cerca d'agora mílagrosa d'Olinda, cuja especie tocaste: mas, caro Papirio, tenho tanto medo! São já tantos os milagres feitos pela tal agou, e he tal a concorrência, que nada mais farei, senão louvar a Deos, e calar-me; e aconselho-te, que faças o mesmo: se não queres ser tido por herege, pedreiro livre, incredulo, e judeu, que dizem as beatas, que he pior, que tudo Basta de massada. Vale.

VARIEDADE.

Pedro 1º, e Washington.

Pedro 1º elevou-nos á independência, como Washington elevou os Estados Unidos. Hum fundou a primeira Monarchia no novo mundo, o outro a primeira Republica assentada sobre bases novas, e desconhecidas. Nos primeiros actos do drama da independência das duas Nações o neto dos Affonsos nada tem que invejar a os rasgos do plantador americano. Mas nos actos subsequentes o destino de Pedro 1º e de Washington diversificão. Hum rodea-se de inertes aulicos, que forcejao para annular o consorcio da coroa com a liberdade; o outro guarda a de sua patria com hum zelo paternal, como o trofeo querido do seu derradeiro campo de batalha. O primeiro mostra-se por momentos ardentemente enamorado da liberdade; mas por hum capricho de Rei repudia-a hum instante depois, volta a ella segunda vez, a seduz para abandonala de novo, oscilando assim na eterna inconstancia de seu genio.

Collocado sobre uma grande scena elle aspira sobre tudo a os successos do actor: em quanto dura as salvas dos applausos dos espectadores, nada há, que não faça: trocaria de hum grado o manto dos Cesares pe a capa do tribuno. Bem differente dos politicos hestriões de hoje o fundador do Imperio não era insensivel á gloria. Mas passado o instante do entusiasmo, elle deslembra-se do papel, que he chamado a representar. O Cincinnati de Virginia procede silenciosamente. Quem conhece as florestas, em que brilhou a espada de Washington? O que sobre tudo o preocupa he a perpetuidade da sua obra: elle caminha com lentidão, em apparato, sem estrondo, mas com huma admiravel firmeza, e segurança. O movel unico, que dirige suas acções, he a consciencia da grandeza de sua missão, he a consciencia de que he missionario do porvir, de que abre huma nova era para a civilisação do novo mundo. Ella he quem engrandece a calma de sua coragem no momento mesmo, em que a Inglaterra lança sobre o Atlantico huma ponte de naos, e faz empaldecera a estrella d'America. Tudo he grave, graduado, e reflectido no fundador dos Estados-Unidos: he hum intrepido minador, que não avança nas profundezas da terra sem haver primeiro firmado o terreno, que acaba de deixar. Pedro 1º ora avança precipitadamente levado dos impulsos da moda, ora recua com a mesma precipitação, e põe em allarma o Povo Brasileiro. Principe Real por nascimento, elevado á dignidade Imperial, depois á Real, convertido logo em Regente, passa por todos os graos, experimenta todas as vicissitudes da soberania, sem poder attribuilho, não obstante como muitos outros Principes, á desgraça da sorte; porque D. Pedro he quem lava a sua: funda, abdica, conquista thronos com tanto afan, como se no seu nascimento, e no amor dos Brasileiros não tivera hum seguro.

Que terrivel fatalidade a desse Principe no momento, em que divorceia-se do Brazil! Nas duas ribeiras oppostas do Atlantico dous povos o repellem hum o expulsa em nome da liberdade, o outro em nome da tyrannia: de duas Constituições, que improvisára huma he feita em pedaços por seus Ministros outra desaparece entre as mãos de Miguel de dous filhos, que fizera Monarchas, hum vacillava sobre o throno, o outro corria os mares em busca do seu: que extranho destino! Ais de quatro Principes se tornariao loucos neste labirinto. Pedro 1º, e Washington combaterão ambos em huma terra virgem sem remi-

niscencias, e sem celebridade. Tractava-se depois da victoria d'imprimir huma direcção geral ao espirito das duas nações, de marcar-lhes a carreira, em que deviao desenvolver-se, e engrandecer-se. O plantador Virginia reforçou os Estados Unidos nas suas tendencias de povo roteador; fixou o principio da sua futura grandeza na industria: depois da conquista da independência era mister trocar a da espada pelo machado para conquistar o deserto, e transformar um continente vasto, e fertilissimo. Os Americanos do Norte, á voz dos seus patriarchas arrojarão-se sobre este novo inimigo com o mesmo ardor, que haviam mostrado contra os Ingleses nos campos de Lexington. O fundador do Imperio do Brasil obraa sobre a Nação a mais docil, e flexivel, a mais susceptivel de receber as formas, que se lhe quer dar. Em vez porém de tracar-lhe o mesmo fim industrial, que é o destino commum dos povos da America, ella entreteve na rotina, no luxo, e na pompa das velhas Monarchias.

(D'Aurora Fluminense).

Logração completa.

O Marquez de Mejanas, homem amavel, e litterato era conhecido pelo seu gosto por essa especie de livros, que não tem outro merito, se não a sua raridade, e que elle buscava á custa de preços extravagentes. Sabendo que estava para haver um leilão de livros vellos, pôde obter o Cathalogo, e escreveu a um seu amigo residente na cidade, onde tinha de effectuar-se o dito leilão, para que por elle houvesse de lancar até a maior quantia na Regra dos Frades Bernardos, que era hum livrinho em 18 francez de menos de meia polegada de grossura. E como se arreceasse de que aquelle amigo se esquecesse, ou desculdasse do negocio, em que tanto se empenhava, escreveu a outro, encarregando-o da mesma comissão, sem o prevenir da incumbencia do primeiro e acrescentando, que para a acquisição do livro não olhasse a preço.

Abrio-se o leilão, e o primeiro amigo já estava a obter o livresco tão desejado pelo preço de 3 o reis quando chega pressuroso o segundo, lança logo 40 reis sobre elle, e começa os dous, (que não sabião que servião ao mesmo sujeito) a picar os lanços de maneira que levarão o preço a 1000 rs. com grande pasmo dos circunstantes, e foi o livro entregue ao que lancou por fim esta assombrosa quantia. Então o outro aproximando-se a elle perguntou-lhe qual o merito de um livrinho tão caro. Foi este aberto a esmo para se ver alguma cousa do seu conteúdo, e a pag. 5ª lerão-se estas palavras - Os Religiosos serão vestidos de negro - e em huma nota em baixo com referencia a outra pag. dizia-se - isso he; de branco - A pag. 5ª lia-se - Os Religiosos em dias de preceito comerão peixe, se o houver, ou ervas com tanto que não sejam cruas. - A pag. 18 lia-se - Os Padres se absterão de montar em egas fêmeas. - Em outro lugar - Os Religiosos quando sahirem á rua, andarão de dous, e as parellhas - &c. Houve muita risota. Soube-se depois que quando sahio impressa aquella Regra, hum Geral dessa ordem, e homem de siso, cuidou de comprar todos os exemplares para os consumir, a fim de que não vissem tantos despropósitos; mais escaparao-lhe 4, hum dos quaes era o do leilão. O certo he, que o tal Marquez, veio á comprar por 1000 reis a Regra dos Bernardos, que podia ter por 320 reis!

Portugal.—Commercio de Escravaria.

O Visconde Palmerston. Eu me levanto, em consequencia da noticia que dei, para pedir licença afim de apresentar hum bill, cujo objecto he a cabal extincção do commercio da escravaria. Presumo que a casa estará bem inteirada dos fundamentos, e circunstancias, que me obrigão a fazer esta moção. Nós sabemos pela comissão encarregada de investigar os Jornaes dos Lords, que o bill que passou n'esta casa sobre aquelle objecto, foi enviado a Camara Alta, não passou nella. A primeira vista, sem duvida, este facto teria levado esta camara a imaginar q' as duas casas do Parlamento discordavao á cerca do grande, interessante e relevante objecto sobre que versava o bill remettido. Si esta divergencia houvesse realmente existido, isto seria para esta casa motivo do mais profundo pesar, e da mais penetrante dor (atenção, atenção), e teria es-encial sinão inteiramente mallogrado os esforços que nós de mãos dadas com a Camara Alta, temos feito para por termo á este abominavel crime. Eu tenho porém a felicidade de manifestar-vos, Senhores, que o que tem passado na Camara

Alta depois da regeição d'aquelle bill, mostra com toda a sobejidão, que a regeição do dito bill, não foi por divergirem as duas casas no tocante ao grande objecto em que temos os olhos fixos, mas sim ou por má intelligencia dos fundamentos com que aquelle bill particular foi proposto, ou por algumas objecções quanto as formulas de que elle estava revestido, por quanto a Camara dos Lords, depois de repellar o bill, mandou huma mensagem a Coroa, concebida em termos os mais fortes possiveis, requisitando, que a Coroa desse ordens taes aos cruseiros, que os habilitassem a atallar, sinão acabar de todo o horroroso trafico de escravos. Ora aquella mensagem não só prova que a casa dos Lords deseja sinceramente coadjuvar á esta casa na consecução d'aquelle grande objecto, como tambem que a Coroa, attenta a mensagem da Camara Alta, não hesitará hum so momento em tomar as medidas deprecadas: o que tudo exuberantemente demonstra que a casa dos Lords não adoptou as medidas, que lhe propomos por mera falta de formalidades. Segundo o qua podemos julgar, á vista das informaes que temos, duas foram as objecções que se apresentarão contra a adopção do bill: a 1. tirada da ordem de processo, que seguimos, a 2. da particular natureza do bill. Sustentou se em primeiro lugar que a moção devia originar-se em consequencia de huma proposição da Coroa ao Parlamento. Esta objecção está destruida porque na resposta a mensagem da casa dos Lords, a Coroa declara que a sua intenção fóra tomar as medidas que a Camara Alta requer. A moção por conseguinte ficou desde aquelle momento, no pé em que a casa dos Lords julgou que cumpria estar. A outra objecção era que o Parlamento tinha sido convidado no preambulo do bill a interpor a sua opinião sobre a desavença que tinha nascido entre Portugal, e a G. Bretanha, e foi entendido que pertencia a Coroa, sobre responsabilidade dos seus conselheiros, interpor a sua opinião sobre aquella desavença, e que o Parlamento não devia ser levado a esposar a opinião da Coroa, e identificar-se com huma medida que pertencia exclusivamente aos ministros de sua Magestade. Eu me proponho a dissolver esta objecção porque, alterei completamente o preambulo do bill. Eu proponho que o preambulo do bill, que agora peço licença para apresentar, seja (si assim me posso exprimir) inteiramente Parlamentar, e que tam somente encerre a utilidade de dar certos poderes á Coroa e a certos tribunaes, sem que n'elle se envolva questão alguma pendente entre a Coroa de Inglaterra, e a de Portugal. Eu tenho as mais bem fundadas esperanças de que estas duas circunstancias removerão as objecções, que a outra casa do Parlamento sustentou contra o primeiro bill. Sendo isto assim nós devemos ter toda a esperanza de que si passarmos hum bill que contenha aquelles poderes, que forem absolutamente precisos para tirar a limpo as medidas, que a Camara dos Lords, requesitou á Coroa, devemos ter toda a esperança, digo de que aquella mesma casa não recusará dar a sua sanção, vendo que somente por esta forma nós poderemos satisfazer os nossos desejos. Eu muito me regozejaria, mormente n'estas ultimas horas, em esta asserção: mais sinto que he necessario em minha defesa, e de alguma sorte em defesa do Parlamento, cujo orgão eu tenho sido n'esta occasião, expender a ordem do processo que foi adoptada na preparação do primeiro bill. Ojectou-se contra o bill, que não he costume convidar-se o Parlamento a obrar sem previa indicação da Coroa, porém os que fallarão n'este sentido parece-me que se esquecerão de que este mesmo bill dimanara dos usos parlamentares, porquanto foi no discurso do anno passado, que ambas as casas do Parlamento chamarão, a attenção da Coroa por meio de mensagens, que lhe foram dirigidas, sobre o facto de haver Portugal não só violado os tratados e as convenções com este paiz, como tambem de si haver furtado a entrar na formação de tractados adequados á suppressão do commercio da escravatura. O sentido d'estas mensagens era que o Governo se excoasse, porque obtivesse de Portugal semelhante proficuo tractado. Na discussão sobre a mensagem d'esta casa eu dice da parte do Governo, que nós envidaríamos todas as nossas forças a fim de acabar com Portugal á assignar tal tractado, e quasi as nossas diligencias se mallograssem não viriamos ao Parlamento declarar que tinham sido frustaneos os nossos disvellos—para que o Parlamento nos desse os necessarios poderes. No principio d'esta Sessão, respondendo a huma interpellação que me fizeram, eu dicei que não nos tinha sido possível obter de Por-

tugal ham tractado, o qual somente teria preenchido os nossos fins. Perguntarão-me então si eu tendonava vir ao Parlamento, respondi que esta era a minha intenção, e que estava preparando hum bill; mas que eu desejara procrastinal-o até que me fosse possível apresentar ao Parlamento todos os papeis, que mostrassem o fio da negociação entre este paiz, e Portugal, e explanar como, e por que os nossos disvellos se tinhão burlado, pelo que nós eramos obrigados a pedir mais poderes. Por tanto eu estou bem certo que só por má intelligencia foi que se objectou contra o nosso modo de proceder. Todavia a objectação foi apresentada, e se dice que o nosso procedimento importava o mesmo que hum guerra; e que si nós declarássemos a guerra contra Portugal, nós haviámos de ser compelidos a apresentar ao Parlamento os projectos, e contra projectos, as notas, e as suas respostas. As pessoas que apresentarão esta objectação, não estavam bem inteiradas (o que não he para maravilhar, attente a multidão de papeis, que estão atulhados no Parlamento) de que en tinha organizado todos os papeis com todos os seus promenores antes de apresentar o bill—cuja proposição na opinião de alguns, eu talvez houvesse temporizado demasiadamente a fim de que elle progredisse depois que a caza estivesse mudamente intelligenciada de todas as tranzações havidas entre os dous paizes. A respeito do mesmo bill, si nelle houve alguma omissão de formulas, ou dos usos Parlamentares, eu não a adoptei inadvertidamente por quanto antes de apresentar o bill, eu assentei que era da minha obrigação consultar a diversas pessoas, algumas ligadas commigo em politica outras designadas pelo que diz respeito a politica em geral, mas todas igualmente que eu interessadas em conseguir o grande objecto em que temos os olhos postos: quanto a o bill era minha intenção mostrar—antes que eu o apresentasse a casa, e si nós todos preferíssemos aquella forma de preambulo a qual alguns tem feito opposição, nós teríamos commettido hum erro—porem seja como for nós não o adoptamos por nos desejarmos afastar sem necessidade, das formulas uzadas, mas sim por julgar-mos, que era melhor o nosso modo de proceder nas extraordinarias circunstancias do caso, para que o bill que nos concedesse os poderes nos recordasse das circunstancias, que nos induzirão á necessidade de decretal-o. Entretanto estou bem convencido de que se estes obstatulos poderem ser destruidos, a casa julgar-se ha feliz fazendo algumas alteraçoes a fim de obter a tam desejada unanimidade neste assumpto. Tem-se me censurado porque eu não apresentei o bill com a exposição dos fundamentos em que se elle baseava. He para lastimar, que não tivesse avido a má intelligencia q agora tem apparecido. Mas a cauza de não ter havido discussão foi a perfeita unanimidade, que sobre este ponto reinava na caza (Apoiados). Todos os partidos sabião perfeitamente os fundamentos com que a medida foi apresentada. Todos estavam anciosos, que não houvessem desnecessarias delongas—e nós preferimos passar o bill 'sub silencio' á que elle fosse procrastinado. Nós julgavamos, que igual unanimidade sobre o assumpto reinaria em qual quer outro lugar e minha persuaão he que nossa expectação se hade finalmente verificar, não embargando as circunstancias que tem feito necessaria a proposição de um segundo bill. Não tendo havido nenhum debate, julgo com tudo, que será necessario estabelecer brevemente os fundamentos pelos quaes o Parlamento he convidado a adoptar a medida requerida. O primeiro fundamento he que Portugal he obrigado por diferentes tractados a abolir o seu commercio de escravos—não só cooperando para esta abolição, sinão tambem usando de todos os mais que estejam ao seu alcance a fim de conseguir tal fim—Estas estipulaões não forão gratuitas da parte de Portugal. Nós fizemos sacrificios pecuniarios. Nós lhe damos dinheiro cuja somma montou a mais de meio milhão. Alem disto pagamos como compensação aos proprietarios Portuguezes, pela perda dos seus navios de escravos para cima de 200 libras. E sobre tudo isto, pagou-se a Portugal hum somma entre 450000, e 460000 libras como a hum Nação, pelo preço da abolição do commercio da escravatura. Os tractados de 1417 contem a este respeito promessas fortissimas, e as mais completas. Por ventura tem Portugal cumprido estas promessas? Não Elle as tem violado da maneira mais flagrante, atrevo-me a dizel-o, do que outra qualquer Nação que na historia do mundo civilizado se ache ter quebrantado solemnes obrigações dos tractados. Eu me affouto a repetir q'na historia não ha exemplo de offensa tam clamorosa como a que

Portugal fez á este paiz a respeito do commercio da escravatura. Por quanto em vez de suprimir o trafico de escravos, e abolil-o, elle o alenta. Portugal não só he connivente neste negocio por meio dos seus officiaes, porem actualmentes mesmas authoridades estão empenhadas n'este trafico; animão-no, por meio delle florecem, fazem fortuna, enriquecem-se, e fazem sociedades, ou formão partidos, que superintendem, e dirigem o Governo em Lisboa. As grandes fortunas feitas pelo commercio dos escravos, he que se deve a influencia do caracter politico, que ali se tem adquirido, e que agora inspeciona, e manda ao Governo d'aquelle paiz. Essa facção de traficadores de escravos he que tem atalhado o governo de Portugal de acceder aos tractados que lhe havemos proposto. Eudigo que Portugal bem longe de haver abolido o commercio de escravo, substituiu a sua bandeira á todas as mais bandeiras do mundo q' o protegião este infame genero de negocio. A proporção que nós temos feito sahir deste commercio a bandeira de Hollanda, a bandeira de França, a bandeira de Portugal toma sob a sua protecção o commercio que primeiramente se fazia com a bandeira daquellas diversas Nações. Não só Portugal não tem cumprido as suas obrigações para com nosco, não só, elle tem conservado o commercio nos lugares em que se elle fazia antes de serem contrahidas essas obrigações, mas tambem agora augmentou-o, e não ha hum só trafico de escravos que atravesse o oceano sem levar para proteger aquelle trafico a prostituida bandeira de Portugal. Eu apenas posso dizer, servindo-me de hum só exemplo que 100 000 Africanos e não menos tem sido transferidos debaixo da bandeira Portugueza do estado de liberdade, ao do captiveiro no Brazil e em Cuba. Portanto eis obrigações contrahidas, e obrigações violadas. Nenhuns esforços da nossa parte tem sido bastantes para pela persuasão alcançar de Portugal, aquillo que Portugal devia dar sem que nós lhe pedíssemos. A mais de quatro annos que nos exorçamos para persuadir ao governo de Portugal que conclua hum tractado, que pelo seu consentimento nos habilite a realizar o proposito, que a Nação Portugueza pelos seus proprios meios devia effectuar; porem tudo tem sido balduo. O Governo de Portugal sob os mais frivolos pretextos, sob as mais infundadas objecções, e sob allegações inteiramente destituídas da verdade, tem repellido as proposições, que lhe havemos feito, empregando todas as tracas e artimanhas a fim de procrastinar a negociação, tudo com o fito somente de não fazer fim a questão. Humas vezes lhe dizemos « Considerai pirataria o commercio de escravatura. Não tornaraõ-nos elles — « nós não podemos fazer isso, porque he repugnante com os nossos costumes, e com os nossos sentimentos dar a morte a hum trafico de escravos. Dizemos-lhes então « Considerai esse trafico como offensa capital, mas comminaí penas secundarias aos seus infractores. Tambem não accedem — Replicamos-lhes de novo « Chamai a isto crime de pirata » Não, porque este termo he offensivo. Propomos-lhes que extendão o direito das buscas por hum tractado. Querem fazer o tractado limitado quanto ao tempo com o obvio intento de quando o tractado expirar, poderem elles restabelecer o commercio dos escravos. Propomos-lhes que continue a commissão mixta. Não, reatquem elles, para que commissão mixta com nosco, quando a haveis dispensado com a França? Mas a França não trafica mais com escravos. Finalmente pedimos-lhes que assintão á hum regulamento pelo qual os negros apprehendidos sejaõ postos debaixo da guarda da commissão mixta, a fim de que debaixo da pretensão de libertaes, elles não sejaõ reduzidos ao captiveiro. Portugal refusa — dizendo que semelhante passo seria contrario a sua honra, e as suas leis, as quaes declaraõ que neste negocio não terá lugar intervenção estrangeira. Em summa he tempo de que todo o mundo se convença que os negros apprehendidos em hum navio de bandeira Portugueza, si são entregues as authoridades Portuguezas, posto que nominalmente sejaõ livres, ficão de facto e na realidade captivos. Apenas concordão em hum proposição, apenas seguimos por meio de modificações livrar-nos de hum objectação, logo movem outra. Em hum palavra existe da parte de Portugal determinação rigida, e obstinada em não fazer connosco tractado algum que dê a menor facilidade, qualquer que ella seja, ao grande fim; ao honroso proposito, em que temos a mira — Por consequencia eu digo que he mate forçado que realisemos os nossos nobres desejos pelas nossas proprias mãos — Temos-nos dirigido a Portugal hum cento de vezes, já por meio de mensagens de ambas as Casas do

Parlamento, e já por meio de exhortações a fim de que nos concedaõ hum tractado, porquanto si elle não quiser concordar em preencher as suas obrigações, este paiz se verá obrigado a tomar a peitão a materia. He pois visto, que nos não sopresamos, como se tem dito, ao governo Portuguez. Alguem tem pensado, que si se nos deparasse ensejo favoravel para dar-lhe mais noticias, que elle teria accedido as nossas requisisiões. Os Portuguezes tem tido noticias com abundancia. Dar-lhes mais era expormo-nos ao escarneo — Elles bem sabião o que nós estavamos para fazer, e elles se determinaraõ a dar-nos mais do que estavaõ obrigados a conceder-nos — consentiraõ que nós tomássemos pelas nossas proprias mãos aquillo que nos deviaõ dar, por isso não sei como lhe possa ser desagradavel, que nós assim o façamos. Com quanto todos devaõ reconhecer que o comportamento do Governo Portuguez á este respeito lhe tenha tirado o direito á estima de todo o genero humano, com tudo eu não julgo tão mal delle, que me persuada seja a sua conducta nascida de real falta de inclinação a pôr ponto a esse nefando trafico. — Eu creio que o governo tem sido dirigido por hum poder domestico mais forte, do que elle mesmo, e que a nação não participa absolutamente deste trafico, a qual eu entendo que se participasse não seria considerada por algumas das pessoas que mais obstinadas, e porfiosas tem sido em resistir as nossas proposições — nem ingrata, e nem illiberal. — Na verdade Portugal não interessa com este commercio, pois não tem colonias, que precisem de escravos para a sua cultura — Portugal he paiz exportador, e não importador. Não ha duvida que a maior parte dos navios, que navegaõ com a bandeira Portugueza, e professão ser Portuguezes, são de propriedade Hespanhola, e de rapaces piratas de todas as Nações em cujo successo, ou queda Portugal como Nação tem tanto interesse como nós mesmos. Por consequente eu sustento que nada temos feito ou estamos fazendo de que Portugal se ressinta com justicia. Os poderes, que pedimos são os necessarios para que possaõ levar a effecto os nossos ardentes desejos, e he com este fundamento que eu tenho toda a esperanza de que a outra casa de mãos dadas connosco adoptará o bill — O nobre Lord continuou a desenvolver a natreza das clausulas do bill e observou que elle bem sabia que podia dizer-se que o commercio dos escravos quando fosse perseguido por hum bandeira, que procuraria refugio em outra. Dice que elle bem sabia disto, mas, que se se conseguisse empenhar todas as bandeiras da Christandade na causa commum, elle perguntaria para onde havião correr os traficadores de escravos? E les não podiaõ ter bandeira alguma. Elles podiaõ despir-se de todos os documentos que habilitassem os capitães, sobre os quaes recabe toda a responsabilidade a provar que elles não pertencem a Nação alguma, e que por consequencia não poderião ser levados nem aos tribunales do paiz, nem ante a commissão mixta. Dice o illustre Orador, que elle propria hum clausula para remediar este mal. Elle entendia que hum captivador apprehendido em taes circunstancias, deveria ser considerado como si fosse hum captivador Inglez, com tanto que si no curso do processo, se conhecesse que elle pertencia a alguma nação então o caso não seria sujeito ao Almirantado, porem seria tractado como si desde o principio elle fosse da Nação a que elle ultimamente provava pertencer — Diz-se que isto seria declarar a guerra ao mundo inteiro — Elle não via como houvesse Nação que se podesse queixar de semelhante modo de proceder. — Si a protecção de hum nação he lançada ao vento, eu não vejo (continua o Orador) que fundamento teria hum nação para se queixar que nós não tínhamos respeitado a nacionalidade, a existencia do que cuidadosamente se tinha procurado esconder do nosso conhecimento — Então que esperanza podiamos nós ter de chegar á essa geral união, cujo objecto he pôr termo ao commercio da escravatura, esperanza que tem sido sustentada nesta casa? Quando todas as potencias Europeas se unirem para concederem mutuo direito de busca, ou poder de condemnar por uma commissão mixta, aos captivadores elles deixaraõ de apresentar em sua defeza a bandeira de qualquer nação Europeia. — O nobre Orador dice que na primeira occasião declaron que elle tinha concluido tractados com o Chili com Granada, e com Venezuela, e que tem a satisfação de manifestar que ao depois lhe fora communicado que fora concluido hum tractado com Buenos-Ayres. E com quanto não estivesse concluido hum tractado de execução com o Mexico, com tudo fora estipulado, que este estado cooperaria para a suppressão do trafico da escravatura, e posto que os Estados Unidos talvez sentissem algum ciuime quanto

ao direito de pesquisa (o que no seu modo de entender envolve coisa mui diversa do que nos pensamos), elle Orador conhiava ainda attentas as precauções tomadas, na cordial e sincera cooperação d'aquelle governo quanto a extincção deste abominavel trafico — Si todos estes Estados cooperarem para esta empresa, terão a satisfação de sentir que elles põem termo a huma miseria tal, que nenhuma imaginação pode conceber, a hum crime humano, cuja enormidade, cuja magnitude nenhuma lingua pode descrever adequadamente (apoiados). O nobre Orador está persuadido de que a casa dos Lords não porá a menor duvida em trabalhar de accordo com elles para tão louvavel fim. Elle satisfazia-se que a Casa dos Lords fosse tão sincera como elles (a Casa dos Commons) em detestar tão horrroso trafico. — Elles devião conhecer que esta era a melhor recompensa que podiaõ alcançar pelos longos, e gravosos soffrimentos que a Inglaterra tinha despezado em grande parte sob este systema. Elle conhiava que o bill que a Camara dos Commons agora enviava a Casa dos Lords seria por ella unanimemente recebido. Elle muito se regosijava si os membros da Camara Alta dessem este passo, porque este seria hum meio muito proficuo de progredir para o fim anciosamente desejado por todos. E si a Inglaterra, continuou o nobre Orador, tiver a gloria de ver bem succedidos os esforços, e lidas, que ella disvellada e incessantemente tem empregado para pôr completo fim á esta quantia de miseria, e de crime humano, eu julgo que só isto será sufficiente para revestir a sua memoria do mais rutilante esplendor por todos os seculos dos seculos (estrondosos e repetidos apoiados).

(Traduzido do Inglez.)

THEATRO PUBLICO.

William James Ryan, faz o seo primeiro Expectaculo no dia 12 de Novembro; as pessoas que derão seus nomes para os Camarotes podem buscá-los, levando seu emporte até o dia 5 depois do qual passará a vender a qualquer outra pessoa que os queirão comprar na casa junto ao Theatro

THEATRO PARTICULAR.

Domingo 3 o Empreziario fará representar para a illustre Sociedade a grande eca — O Sindicante Sueco — no fim do primeiro acto o Dueto italiano das Pistolas — A excellento farisa — O Tenente Cazamenteiro com a sua Aria militar.

COSMORAMA.

O Director deste divertimento aviza, que accabado a exposião da segunda colleção dos seus paineis, vai por consequencia dar todos os dias uma exposição differente, a comecar de hoje, sabado, até sexta feira 6 do corrente, para q' possaõ dela gozar aquelles Srs assignantes, que não virão todos os paineis. Adverte tambem que passado o dia de hoje não recebe mais assignaturas: assim como que no citado dia 6 accaba o direito de todas as assignaturas.

AVISOS DIVERSOS.

Vende-se uma escrava de bonita figura, de idade de 15 annos, com bons principios de costura, e habil para todo o serviço, sem achaques nem vicios; no segundo andar do sobrado da casa da rua da Penha em seguimento do oitão da Igreja o Livramento

Francisco da Rocha Preto particpa ao respeitavel Publico, que o seo beneficio marcado para o dia 31 do mez proximo passado, foi transferido para o dia terça feira do corrente, de Sociedade com o Ponto do mesmo Theatro, cujo Expectaculo se annunciara amanhã

Da-se 250\$ reis á premio sobre penhor de alguma escrava que entenda do servi o domestico d huma casa, e que não seja bebedeira ou fujona, pelo tempo que se convencionar Na rua das Agouas verdes por cima do Assougue.

Hypoteca-se por dous contos de reis uma parte de um engenho, cito em Unna termo da Villa de Serinhaem avalida em seis contos de reis, ou mesmo se venderá conforme a vontade do comprador, igualmente se fará negocio com uma let. segura da quantia de oito contos e tantos mil reis; quem algum destes negocio quizer fazer, vá a rua do Queimado loja de ferragem D. 5, que se dirá quem o faz.

Quem quizer comprar uma canoa de carregar barro, a qual vende-se por preço commodo, dirija-se a rua direita dos Agougedos casa D. 19

A pessoa que annunciou precisar de uma lavadeira, dirija-se a rua dos Pires Decima 6.

Quem quiser carregar, ou ir de passagem para Ilha de S. Miguel com escala por Fael, e Terceira no bem construido Brigue Portuguez Valeroso, que está a chegar por momentos do Rio de Janeiro, averte-se que já tem o lastro prompto, e sahirá com toda brevidade, seus commodos são excellentes, para passageiros; a tratar nas 5 pontas D. 31, com José André de Oliveira.

Aluga-se o armazem da casa da rua do encantamento confronte ao beco que vai para a rua do Vigario; a tratar na rua da cadeia loja de fazendas D. 30.

O abaixo assignado Procurador do Património da Irmandade de N. S. do Livramento desta Cidade, convida ao ex Thesoureiro da mesma, o Sr. José Antonio do Carmo, para que dentro do prefixo prazo de oito dias a contar da publicação deste, venha pagar a importância de cento e trinta e dois mil réis de alugueis da casa do mesmo Património, e de cuja quantia assignou em 5 de Novembro de 1857, quatro letras, á 1, 8, 12, e 16 mezes; certo o mesmo Sr. José Antonio do Carmo de que o não fazendo em dito prazo, o abaixo assignado se verá na precisão de o chamar a Juizo pela referida quantia, a fim de que a Irmandade não continue a sofrer tão graves prejuizos, e o que mais he causados por aquelles que della se apregoão tão zelozos. — Manoel Raimundo dos Prazeres, Procurador do Património.

Precisa-se alugar uma casa para se passar a festa, sendo no poço, caldeireiro, ou casa forte, e perto do Rio; quem tiver annuncie.

Precisa-se alugar uma escrava; que saiba vender na rua; na rua nova D. 19 tenda de marceneiro.

O abaixo assignado vende uma negra de idade de 19 annos, sem vicio algum; quem a pretender dirija-se a o segundo andar do sobrado defronte da Conceição dos Militares na rua nova, ao comprador se dirá as habelidades; também vende um preto que representa 24 annos de idade. — José Joaquim Coelho.

Aluga-se um moleque para o serviço de uma casa, quem o pretender dirija-se a rua da Penha D. 7 no segundo andar.

Avisos Maritimos.

PARA O RIO DE JANEIRO o Brigue Escuna Amisade, com brevidade por ter a maior parte da carga prompta; quem quiser carregar ou ir de passagem dirija-se a rua da cadeia armazem n. 59, ou ao Capitão Joaquim Gonçalves Maia.

PARA O RIO DE JANEIRO a Sumaca Nacional S. Domingos, deve sair com brevidade; quem tiver de carregar, ou ir de passagem, dirija-se a Gaudino Agostinho de Barros, detraz do Corpo Santo D. 67, ou ao Capitão Manoel Ignacio da Terra a bordo.

PARA O ASSU' até o fim desta semana, o Brigue Brasileiro Amparo, para carga trata-se com Santos Braga, na rua da moeda numero 14.

PARA O ASSU' o Brigue Passos e Victoria, com muita brevidade; quem quiser carregar ou ir da passagem, dirija-se ao capitão Manoel José Ribeiro, ou no escriptorio de Bento José Alves.

Leilão

Que fará o Corretor Oliveira em sua casa rua da Conceição n. 32, sabbado dois do corrente Novembro, pelas dez horas da manhã um terreno no forte do Matto contiguo a prensa do Sr. Tavares, com mais da 700 palmos de frente, e cem de fundo, optimo para prensa, e armazens de recolher; foreiro a Fazenda Nacional, e livre e desembarassado. No acto do leilão estarão presentes os titulos para serem examinados pelos licitantes.

Os Leilões de Lenoir Puget & C. continuão a fazer-se por intervenção do Corretor Oliveira, segunda e terça feira (4 e 5 do corrente) no seu armazem da rua da Cruz, e como as diversidades de fazendas, miudezas, vidros, livros, trastes e obras modernas de prata fina e como se já em demasiado numero para se rem extensamente especificadas, deixão de as enumerar por este annuncio, e sómente esperão, e recommendão a continuada concorrência dos Srs. compradores, para aproveitarem o animo decedido em que estão de venderem tudo por modicos preços, como até aqui tem feito, visto ser por liquidação da extinta firma da mesma casa.

Que fazem Diogo Cockshott & C. por intervenção do Corretor Oliveira, de um com-

pleto sortimento de fazendas Inglesas, Quarta feira 6 do corrente ás 10 horas da manhã em ponto, no seu armazem rua do Trapiche novo.

Que pretende fazer o Corretor Oliveira, de 214 caixas de vidros para vidrassas, por todo o preço, e conta de quem pretender, quinta feira 7 do corrente ás 10 horas da manhã em ponto, no ultimo armazem da rua do Apolo da parte esquerda hindo do porto das canoas, e contiguo ao terreno da Intendencia.

Compras

Uma cabra bicho, que tenha bom leite, e que seja mansa; na rua por detraz dos Martiros D. 41.

Vendas

Meios bilhetes da Loteria do Livramento a 3\$000; nesta Typografia.

Meios Bilhetes da Loteria do Livramento; na rua nova loja de ferragens D. 10

Bilhetes e meios ditos da loteria do Livramento; na rua do Cabugá loja de relojoeiro junto do Sr. Bandeira.

On troca-se por uma casa na praça um sitio no Monteiro com boa casa da vivenda, fundos para o rio, e outras muitas commodidades; quem pretender annuncie.

Um moleque de 6 annos de idade, na praça da Boa vista D. 15 no segundo andar.

Na loja de ferragens de José Luiz da Costa, alem da ponte na Villa de Goiana, tem para vender ferro, pregaria, e todo a qualidade de ferragens, por preço muito commodo.

Uma preta de nação beny, para qualquer serviço de casa, ou rua; na rua dos tanueiros defronte do trapiche novo a tratar com Joaquim José de Miranda Junior.

No atterro da Boa vista casa D. 10 do lado direito ao sahir da ponte, no primeiro andar, botoens de metal fino, amarellos e brancos, amarellos de todas as qualidades, ditos de ferro envernizado, espartilhos para coletes, colchetes muito superiores e ricos para capotes, ditos para guardanapos de mesa, trança de algodão de todas as cores, fitas de linho muito larga, e botoens para jaqué de militares, tudo por pre o commodo.

Uma venda na rua estreita do Roza-rio D. 28, a prazo com boa firma; a tratar na mesma.

Uma venda no hairro baixo por baixo de um sobradinho; a tratar na mesma.

Um escravo pardo, de idade de 20 annos, official de pedreiro, e optimo para págem; na rua da Madre de Deos loja n. 12

Uma carteira de uma face bem construida, e com excellentes arranjos, e alguns delles secretos; e uma estante de guardar livros envidrassada, tudo de amarello; no atterro da Boa vista loja D. 16.

Um moleque de idade de 11 annos, de nação angola; na praia do Collegio armazem de Manoel de Souza Guimarães

Por preço commodo lenços de seda preta, cortes de colete de setim de maciã, meias de seda preta finas, tafetá pintado, salvas e castiças de casquinha fina, selins inglezes, fitas, e bicos de todas as qualidades; na praça da Independencia n. 21 e 22.

On troca-se por um moleque inda que não seja muito ladino, uma negra de idade de 0 annos, he boa quitandeira; na rua da cadeia n. 6

Uma molata de idade de 22 annos, de boa estatura, engommadeira, e habil para todo o arranjo de uma casa de familia; na rua do caldeireiro casa de 5 rotulas de Ignacio Francisco.

Uma negra creoula propria para todo o servi o de uma casa; na rua da Cadeia numero 40.

Na rua nova loja D. 5 de F. Chaves, chapéus de castor branco iguaes a os que se vendem no Rio de Janeiro por 12,000 e 14,000 chegados ultimamente de Inglaterra, ditos de castor branco, ditos de burracha cobertos de seda, ditos de massa para homem e menino, ditos de castor branco para menino, todos da ultimo moda, e por preço commodo; e sabonete de barba a 500 rs. a duzia.

Por preço commodo cadeiras e camapés de olio envernizados chegados ultimamente do Porto, no armazem de assucar defronte do Corpo Santo, n. 4.

Um sobrado de um andar no varadouro em Olinda, junto ao balde, sendo o ultimo sobrado com banheiro e escada de pedra e cal; na rua dos Quarteis D. 5.

Um casal de porcos da india; na rua de Hortas D. 31.

Rapé Hamburguez chamado rolão; na rua do Collegio D. 2 loja de chapéus, e na rua nova D. 1, 2, e 6.

Duas pretas de nação de idade de 14 a 16, de annos cozinhão, lavão roupa, uma preta de 50 annos, por 200,000, boa para trabalhar em um sitio, e vende fructas por a isso estar a costumada, uma molata de 0 annos, cozinhã, engomma, e cose, um preto bom canoeiro e trabalhador de todo o serviço, e um moleque de 12 annos optimo para o serviço de uma casa; na rua de Agoas verdes casa terrea D. 37.

Uma escrava de nação, a vista do comprador se dirá as habelidades; na rua do Hospicio em uma venda nova.

Uma venda com poucos fundos em bom lugar, com boa casa para ter familia, quintal cacimba, a praso com boas firmas; no atterro dos affogados defronte do sobrado de Thomé Pereira Lagos.

Uma negra de meia idade, muito boa cozinhã e optima para o arranjo de uma casa; na rua da moeda n. 151, na mesma casa se aluga um armazem.

Um preto ladino de nação cabinda, de idade de 18 annos com officio de canoeiro; na rua da cadeia do Recife n. 15.

Papel pautado para musica; na rua da moeda n. 151.

Um sitio grande na estrada da Ponte de Uchôa, com casa muito grande toda envidrassada, com tres salas grandes, onze quartos, cozinha fora, copiar, casa de farinha, estriaria para 6 cavallos, casa para leitor, e negros, com muito arvoredos de fruto de todas as qualidades, e muito café, duas baixas para capim e muito terreno para plantações, cujo sitio se vende metade a vista, e metade a praso; a tratar na rua Direita D. 2, na mesma casa se arrenda outro sitio mais pequeno, com casa de pedra e cal, e algumas fructas, muito boa terra de plantar capim, e mais lavoura.

Caixões com pelles de bezerro francez e mesmo a duzias, chegado ultimamente; na rua da moeda n. 142, armazem de Santos Braga

Uma moleca do gentio de angola, de idade de 0 annos; no e.o dos bollos no forte do matos, casa do Penna.

Arroz vermelho de muito boa qualidade, em alqueire por preço commodo; no largo do Livramento loja de fazendas D. 5.

Um negro de idade de 22 annos, muito robusto; e bagos de zimbro; na rua da cadeia D. 7.

Bilhetes e meios ditos a 2880 da loteria do Livramento; na praça da Independencia n. 33.

Um terreno alagado no seguimento da rua da Aurora, com 10 palmos de frente, e 1500 de fundo, pagando de toro 30 rs. ao palmo, todo, ou em pequenos porções; e 100 tijolos de cacimba por preço commodo, por já estarem na solidade; na rua de São Gonçalo D. 11.

Meios bilhetes da Loteria do Livramento a tres mil reis; na rua larga do Roza-rio loja de miudezas D. sete

Meios Bilhetes da Loteria do Livramento, a 1000; na rua de Hortas venda D. trinta e dois

Os verdadeiros charutos da Havana em caixas de duzentos e cincoenta por nove mil rs, e superiores ditos da Cachoeira, ultimamente chegados, em caixas de 250 por 4000; na rua do Cabugá loja do Sr. Bandeira

Bilhetes, e meios ditos da loteria do Livramento; na rua do Cabugá loja de miudezas junto a botica.

Meios bilhetes da Loteria do Livramento a 1000; na pracinha do Livramento D. 24.

Escravos Fugidos

Roga-se as autoridades policiaes, comandante de registo, de embarcações mercantes, e capitães de campo, a apreensão de 3 molatinhas, a saber a primeira, e mais velha, mais alta, de nome Joaquina, de idade de 21 annos, cor macilenta, cabelos amarrados, mas curto, nariz comprido, rosto descarnado corpo bastante magro, braços finos e compridos, com signaes de bechigas pelo corpo; a segunda de nome Anna, idade de 20 annos, menos macilante, que a primeira, mais baixa, que esta cabelo amarrado, e curto magra bastante, e sem marca de bechigas pelo corpo, a terceira e a mais pequena de todas cor trigueira, aproximando-se a cor de cabra, cabelo também amarrado, e curto rosto curto, com signaes de bechigas pelo corpo; as quaes fugirão pelas 8 horas da noite do dia 12 do p. p., levando com si a roupa do corpo, uma trouxa de roupa dellas como se já vestidos

brancos de metim com palmas, ditos de chita azul com raminhos amarellos, julga-se que serão desencabegadas por algum, e que estão acotadas, por isso que ellas não sahão a rua; quem as pegar leve a Olinda no principio da rua dos gatos em casa de Vicencia Maria da encarnação, viuva de Joaquim Antonio de Almeida, que será recompensado.

Fugio do engenho Gindahi de Serinhaem ao amanhecer do dia 27 do p. p. um escravo ladino, mo o, bem feito de corpo, cara larga e lisa, uma orelha furada, foi comprado nesta Cidade a dois annos a João Xavier Carneiro da Cunha, cujo escravo consta ter chegado nesta Cidade a pouco mais de 3 dias acompanhando um sugeito que com elle seguia em um cavallo das partes do Rio formoso; quem o pegar leve ao dito engenho, ou na rua Ladeira D. 12, que será recompensado.

Fugio no dia 25 de Setembro um escravo de nome Antonio, angico, idade de 15 annos, boa estatura, com um calombinho no pescoco. No dia 1 do corrente fugio outro de nome José Gabão, de idade de 27 annos, com os pés inchados, baixo e grosso; quem os pegar leve a fora de portas D. 16, que será recompensado.

No dia 24 do p. p. pelas 7 horas do dia fugio uma negra de nome Lucrecia, do gentio de loanda, altura e corpo regular, paz largas, peitos pequenos, e cahidos, pés e mãos secas, braços finos, a proporção do corpo, pelas costas um picado de sua terra, em uma das paz uma grande marca de sica-triz não pequena cara redonda, nariz chato e grosso, com um vinculo entre meio das sobrancheiras, boca regular, dentes alvos e miudos, cabellos bastantes crecidos orelhas regulares, e os buracos dos brincos bastante abertos e redondos, e em brincos levou vestido de metim verde com pafos nas mangas e sujo, no pescoco uma volta de contas lapidadas pretas, faz-se bruta no fallar, pede-se encarecidamente a pessoa que a tiver em seu poder, ou saibão onde exista do que protesta guardar segredo da pessoa que denunciar onde ella se acha, como também roga-se as autoridades policiaes, capitães de campo, e commandantes do registo todo o cuidado em pesquisar dit escrava e sendo que dita escrava tenha procurado algum Sr para a comprar, duvida alguma não haverá de vender-se podendo-se procurar a pessoa que se acha de posse della na casa abaixo declarada, e se protesta contra quem a tiver occulta; quem a pegar leve a rua da roda n. 332, que será recompensado.

No dia trinta do p. p. pelas 11 horas do dia fugio um negro de nome Mathias, do gentio de angola, de idade de 15 annos, altura regular, cheio do corpo, bem robusto, cor preta, faltão-lhe tres dentes na frente 2 em cima e um em baixo, tem uma malha de cabelos brancos na cabeça bem ao pé da testa, levou camisa e seroula de algodãozinho; quem o pegar leve a rua da senzala velha padaria n. 51, que será gratificado

Tendo desaparecido no dia 18 do corrente pelas 8 horas da noite do armazem D. 6 no largo da praça da Boa vista, um preto bugal, que ainda não sabe diser o nome de seu Sr., de nome João, estatura regular, cara redonda, com barba na ponta do queixo, e entre as sobrancheiras com tres marcas de bechigas peitos altos, com alguns cabelos brancos na cabeça, tendo de maior signal o membro cortado tem rente a os escrotos, levou vestido camisa, e calsa de algodão, offerece-se 50,000, a pessoa que delle denunciar, on o entregar na rua da Cruz casa D. 9.

Movimento do Porto

NAVIOS ENTRADO NO DIA 31.

LIVERPOOL; Barca de Vapor Nac. Paranhense de 18 tonel., Commandante Robert Richard, equip. 22, passageiros dois Ingleses.

LONDRES; 51 dias, Barca Inglesa Mary Applety de 204 tonel., Capitão Thomaz Machec, equip. 13, carga varios generos; a Mc. Calmont & Companhia.

ERRATAS

Por engano deixou de ser publicado no fim das posturas os nomes dos membros da Camara Municipal, que são os seguintes — José Machado Freire Pereira da Silva, Pro Presidente; José de Barros Falcão de Lacerda; José Jeronimo Rodrigues Chaves, José Joaquim de Oliveira, Antonio Gomes Pessoa.

RECIFE NA TYP. DE M. F. DE F. — 1839

DENUNCIA

Doutor Promotor Publico da Comarca do Recife de Pernambuco, contra o Procurador Fiscal da Thesouraria Antonio Joaquim de Mello; seguida da sustentação da mesma denuncia no Tribunal da Relação do districto.

Perante V. S. denuncia o Promotor Publico desta Comarca de Antonio Joaquim de Mello, Procurador Fiscal da Thesouraria desta Provincia e consiste a Denuncia em que: havendo o Inspector Geral das Obras Publicas dirigido ao Exm. Governo desta Provincia hum officio em data de 18 de Maio Documento N.º 1. participando-lhe que nenhum resultado ainda havia apparecido das diligencias a que o mesmo Exm. Governo mandou em 9 de Fevereiro que o Denunciado procedesse a fim de conseguir-se o uso que o bem publico legalmente verificado exigia da parte do sitio denominado Bom Succeso, cujo proprietario a não queria ceder sem previa indemnisação, o Exm. Vice Presidente avista dessa reclamação, determinou ao Denunciado pelo officio sob N.º 2. que visto não haver elle até o presente executado a sobredita ordem de 9 de Fevereiro, quanto antes lhe desse cumprimento, participando o resultado: devia assim proceder o mesmo Exm. Snr. não só avista da reclamação como porque sendo summarissimo o processo judicial que havia lugar para preencher aquella ordem, se em tres meses e dois dias, que tanto decorreu do dia da ordem do Governo (9 de Fevereiro) se dia em que o mesmo Exm. Snr. expedio o officio (21 de Maio) nenhum effeito sortira, cobia presumir que se não havia empregado as devidas diligencias: porem o Denunciado em resposta dirigio ao Exm. Vice Presidente no dia 30 de Maio p. p. o officio junto sob N.º 3, que faz a base desta Denuncia, em o qual devendo circumstanciar-se a apresentar os motivos porque ainda não era concluido o processo, e excusar-se da culpa que tanta lentidão lhe trazia, pelo contrario violando as normas da decencia mais vulgar, o respeito que a subdita deve sempre de guardar para com seu superior annullou o officio por este modo — « Vê-se por tanto que a interpretação do officio de V. Exc. não havendo Vme. até o presente apresentado uma ordem, foi escripta com muito precipitação, ou

leviandade -- ». Estas expressões são injuriosas a qualquer homem e quanto mais aquelle a quem está confiada a Administração Publica. Precepitação, inconsideração, imprudencia, e leviandade, inconstancia, indiscripção, levesa de juizo etc. são sinonimos, e contrapostos ao bom senso e prudencia, negar o bom senso e prudencia ao governante he negar-lhe a capacidade de governar, he injuria-lo, diminuir-lhe a reputação, demoralisa-lo. Que expressões mais insultantes na opinião publica do que dizer que o homem não tem bom senso, he leviano, leve de juizo etc.? Que obra sem reflexão? Pois tal he o sentido das expressões de que se servio o Denunciado, são injurias evidentemente comprehendidas no artigo 236 §§ 4.º e 5.º do Código Criminal, e porque não foi o crime commettido por algum dos meios do art. 230, mas sim pelo officio supracitado, e porque foi a injuria dirigida a um Depositario da Autoridade em razão do seu officio, está o Denunciado incorso na metade da pena estabelecida no art. 237 § 2.º pela disposição do art. 238 do Código Criminal a qual lhe deve de ser imposta no gráo maximo por se averem dado as circumstancias aggravantes dos numeros 4, 7, 8, art. 16 do sobredito Código. A. e J. esta digno-se V. S. de proceder como he de direito.

Recife 8 de Junho de 1838.

Jose Thomaz Nabuco de Araujo Junior.

Rasber com que sustentou no Tribunal da Relação o Promotor Publico desta Comarca a Denuncia que dão contra o Procurador Fiscal Antonio Joaquim de Mello.

Não são odios poderosos e huma condemnação injusta que frassem o Appellante a este egregio Tribunal, porem o seu crime que se agrava pela condição social do Ilustre offendido (veja-se o Art. 19 do Cod. Crim. e Filangieri) que tanto mais cresce pelo alarde que elle faz de o ter commettido, reincidencia a qual se não arrojará se se não capacitasse de vossa indulgencia; mas certo que por vossa honra, por vossa inteireza o Appellante vai errado no seu calculo. Se a posição do criminoso so porque he adversa ao Governante deveisse de ser respeitada, para que não incorressem os homens aos quaes he imposta a obrigação de punir o crime na censura de parciaes, de cega sequencia do poder, huma nova descoberta se teria feito para a porçoar o crime, as fileiras dos partidos se engrossarão de factos

Entretanto, os crimes assim facilitados serão os únicos meios empregados para o alcançamento da victoria, e o poder desabarão sobre a sociedade accommettido pela impunidade: -- he adverso ao Governo -- seria a primeira indagação, o primeiro calculo do Magistrado que se temesse do conceito de partidista. A' que allude o Appellante invocando o vosso soccorro contra odios poderosos se não á esse respeito á que se elle julga com direito indisputavel? He adverso ao Exm. Presidente, he ao competidor nas eleições populares, logo podia irrogar-lhe injurias, expô-lo ao desprezo publico; e cumpria que eu, que o Juiz a quo, que vós transigissemos com este crime, por ser ham desforço do competidor, huma inspiração do partido; para que não incorressemos no labéo de parciais, e de cegos sequazes do poder. Porém se escoimados Srs. de vós receios, de commiserção, ou de odios, se arredando as vistas da gloria que reluz em tonar do appellante, e que bem pôde deslumbra a justiça; do Appellante Ex Presidente, Ex Deputado, Senador elleito, como allegou e provou pelos Documentos a fl. 59, 60, 61, 62, se vós sendo de parte a questão dos partidos, só considerades a questão da Accusação, se attenderdes que vomo Ministerio se não estende a decidir a cerca do certame, e disputa das eleições; que elevado, que grande, que eminentemente popularizado o Appellante não vem de vossa mão receber a confirmação desses nobres epitethos com que se adula, mas que aqui comparece como qualquer Cidadão por mim accusado e condemnado pelo Juiz a quo, por haver injuriado atrozmente o Exm. Presidente desta Provincia, se attenderdes só ás provas e factos que de huma parte e de outra se produzirão, e por seu valor preferirdes vossa decisão, vossos deveres serão cumpridos, a Justiça Publica satisfeita, e deod'ora a Autoridade mais respeitada.

Na Denuncia a fl. 2 se contam os motivos de minha conjução á cerca do crime do Appellante, e exercicio do meu Ministerio se reduz em vossa presença a sustentar os fundamentos da Sentença appellada, impugnando a defesa da fl. 16.

O 1.º ponto da defesa consistio na incompetencia do Promotor Publico para accusar o crime de injurias não impressas.

O 2.º argumento do Appellante consiste em que a Lei de 26 de Outubro de 1831 não alterou a escriptura -- particular -- do crime de injuria, e unicamente o reputou policial e

para como tal ser mais promptamente processado, por que se outra coisa quisesse o Legislador ordenar nem mandaria reputar -- respeitando assim a essencia inalteravel desse delicto, nem se acrescentaria e como tais serião processados, pois dizendo unicamente que era policial deixava ver que outro processo lhe não cabia. --

Verbo, voces, proteresque nihil ! Certo que o espirito mais subtil dará tratos para encausquetar-se deste sublime : que o crime de injurias seja essencialmente policial ou só reputado tal; he questão de palavras e tão ociosa que o Appellante nada concluiu em seu prol: valem o mesmo os dois dizeres para que o Promotor accuse, e he o que importa.

Qual he a essencia do crime de injurias, essencia inalteravel, essencia que o Legislador respeitou ; como com tanto afandou o Appellante ? Consiste a essencia em ser este crime enumerado peloCodigo Criminal entre os particulares Parte 3.ª ? se nisto apenas consiste, se a essencia está na denominação, reputando o Legislador esse crime policial, o exceptuou dos crimes particulares, se o exceptuou dos crimes particulares perdeu elle a essencia. Salvo se para perder esta essencia, ou denominação era de mister no conceito do Appellante que o Legislador mandasse queimar as impressões que então havia do Cod. Cim., imprimindo de novo, fazer a transladação do crime de injurias. Mas da parte 3.ª -- Dos crimes particulares -- para a parte 4.ª -- dos crimes policiaes, Oh ! que só de arte perderia a essencia, e o Appellante o chamaria Policial.

Consiste a essencia em que o crime offende directamente o individuo ? com effeito he forço confessar que esta essencia nunca elle perderia, nunca perdeu; no poder do Legislador não estava o tirar lhe-a, porque então deixaria o crime de ser -- de injurias -- Mas o que de tal essencia se conclue para o caso ? Posto que directamente commettido contra o individuo, o Legislador pode tornar hum crime publico ; ex. se o Magistrado impõe huma pena contra a litteral disposição da Lei faz hum mal directo contra o individuo que soff e a pena, mas o crime he publico Art. 129 § 7.º do Cod. Cim. entretanto ninguém dirá que o crime perdeu a sua essencia, se a essencia consiste em ser o crime commettido contra o individuo.

Mas o que da essencia se conclue para o caso ? Hum crime posto commettido contra o individuo o Legislador o pode tornar policial. Se a policia tem por fim prevenir, se no circulo dos crimes policiaes pode o Legislador comprehender quaesquer acções, ou quaesquer crimes que dão caminho, que facilitam di-

rectamente contra crimes, se as injurias verbaes, e as não escriptas são provocações directas que arrastão vindictas, e resentimentos immediatos e perigosos, são crimes capazes de produzir crimes maiores, e mais graves, que duvida ha, que repugnancia em que o Legislador considerasse esses crimes policiaes, porque he policial tudo que he preventivo? Entretanto ninguem dirá que o crime perdeu a sua essencia, isto he, que não foi commettido contra hum individuo.

Influe pois esta metathetica de essencias para que o crime seja publico, ou policial? Não por certo. E influirá para que o Promotor accuse? Menos. Hum crime posto commettido contra o individuo, posto que considerado seja entre os particulares, e com a tal essencia -- essencia de denominação -- ! põe o alarme que produz, e por sua gravidade ou por alguma circunstancia que se antolhou poderosa ao Legislador pode ser accusado pelo Promotor: v. g. os crimes particulares inafiançaveis Art. 74 § 1. do Cod. do Proc.

Se pois a essencia á que allude o Appellante he a denominação -- de particular -- esta essencia perdeu o crime de injurias mandando o Legislador reputa-lo como policial: se a essencia consiste em que o crime offende directamente o individuo, convenho em que o crime de injurias não perdeu a essencia, porque he obvio que para haverem injurias deve de haver hum individuo injuriado, mas já mostrei que esta essencia não repugna com a denominação e caracter do crime publico, ou policial, por quanto sobreleva que qualquer crime commettido contra o individuo offende mais ou menos a Sociedade; e contrahindome á hypothese mostrei também que o crime ainda denominado particular pode ser accusado pelo Promotor: he visto pois que as expressões enfaticas de que se servio o Appellante -- O Legislador reputou, respeitando assim a essencia inalteravel do crime de injurias -- são palavras vazias de sentido -- veja, voce, protereaque nihil! Seria curioso que o Appellante depois de alguma reflexão nos explicasse, se reputado o crime policial para ser processado, alguma coisa ainda lhe resta para a qual elle não fosse reputado policial: porque me parece que a divisão que o Legislador fez no C. Penal dos crimes em publicos, particulares, e policiaes, se algum fim teve em vistas alem do methodo, foi o processo peculiar a cada huma destas especies, e se o Appellante he capaz digno-se de dizer-nos se a divisão, se a classificação não teve por fim somente o processo, e que mais teve? A expressão de que o Appellante se servio -- unicamente para como tal ser processado -- denota que para outros fins aju

da o crime ficou particular? para quaes fins? para que a parte offendida tenha o direito de queixar-se? este direito ella não perde ou seja o crime publico, ou policial.

Mas o Appellante ainda não tirou no preitado periodo a conclusão de sua engenhosa divisão -- de crimes policiaes, ou reputados policiaes -- Lá vai.

2.º Argumento.

a Sobreveio o Cod. do Processo e acabou com essa distincção de crimes verdadeiramente policiaes e crimes reputado policiaes. --

Folhee o Cod. huma e muitas vezes para ver se dava com hum Art. que declarasse -- que estava acabada a distincção dos crimes verdadeiramente policiaes, e crimes reputados policiaes -- mas como daria com o Art., se a distincção foi creada, e destruida pelo Appellante? se o Cod. não distinguio? se o Cod. do Processo não he lugar azado para a individuação da natureza, e caracter de cada hum crime? se o Cod. do Processo a tal respeito se refere sempre ao Cod. Criminal, e Leis respectivas? Como o Legislador só conhecia a divisão dos crimes feita pelo Cod. Criminal, - em publicos, particulares, e policiaes; -- nunca se lembrou da nova divisão, que ao Appellante deve a gloria da innovação -- dos crimes essencialmente policiaes, ou accidentalmente taes -- e he por isso que se elle não exprimio no Cod. do Processo ao gosto do Appellante: o que vale he que todos de sobejo o entenderão.

O Codigo Criminal manda que o Promotor accuse nos crimes policiaes: mas a Lei de 26 de Outubro de 1831 diz que o crime de injurias he reputado policial para ser como tal processado, logo o Promotor deve de accusar o crime de injurias. Se huma Lei dispuzer que os Doutores das Universidades Estrangeiras sejam reputados Doutores do Curso Juridico de Olinda, e outra Lei posterior crear hum emprego e determinar que a elle tenham direito os Doutores do Curso Juridico de Olinda, esta Lei não he extensiva aos Doutores das Universidades Estrangeiras?

Se a Lei de 26 de Outubro de 1831 he posterior ao Codigo Criminal como he que haveis de da-la como revogada, e instaurar a disposição derogada daquelle Codigo sem huma Lei expressa que assim mande? O preceito da Lei de 26 de Outubro he este: -- o crime de injurias não impressas he policial para ser

como tal processado: -- se não ha preceito em contrario; se he obvio que o Legislador seria occioso declarando -- accusará os crimes policiaes, e os reputados taes -- quando huma Lei já mandava reputar como tal para ser processado, e ao processo he indispensavel a accusação, como he possivel dar a Lei por revogada, negar ao Promotor o direito de accusar? o Legislador não fazendo distincção no Cod. do Processo dos crimes policiaes, e dos reputados taes, não só não cahio na futilidade, que o Appellante queria, como mostrou coherencia a respeito do que disposera na Lei de 26 de Outubro de 1831, porque se ahi elle manda reputar o crime de injurias policiaes, elle mesmo deo o exemplo de assim reputalo, incluindo-o na denominação geral de policiaes, denominação conhecida, e juridica, denominação que elle não devia alterar, porque sahia fora do seu proposito distinguendo no Cod. do Processo a natureza, e caracter de cada hum crime.

5.º Argumento:

A exposicção que fez o Appellante dos motivos que derão lugar a Lei de 26 de Outubro de 1831 quando muito serve de justificar o Legislador, e de fazer reluzir a erudicção do Appellante, mas certo que a inexistencia dos motivos não decide da inexistencia da Lei, porque qual não seria a instabilidade da Legislação se fosse dado ao executor da Lei destrui-la quando em seu animo julgasse desaparecer os motivos que induzirão o Legislador a estabelecer-la? Convenho que a Lei de 26 de Outubro de 1831 foi huma medida urgida pelas circumstancias em que se achava o Imperio e a Corte mormente na presença de huma sedicção ~~temerosa~~ mas se estes motivos cessarão de todo no Imperio he duvidoso, se cessarão ou não nos não cumpre indagar. Quantas Leis subsistem, cujos motivos já desaparecerão? os motivos que derão lugar a Lei de Amortização Ord. L. 2.º tt. 39 e as Leis, que no mesmo sentido a precederão, nascerão no Seculo 12 em que começou a vogar o prejuizo de que os peccados se remitto com esmolas e obras pias, d'ahi a effluencia de riquezas, e bens de raiz para as Igrejas e Mosteiros, com a nociva preponderancia dos Ecclesiasticos na ordem publica, e d'ahi a necessidade daquelle Lei: esse prejuizo astutos do Seculo dissiparão, e a providente Lei de 9 de Setembro de 1769, porem entretanto a Lei de amortização subsiste, a Lei de amortização que he huma limitação do direito de propriedade!

4.º Argumento:

Sem remontar-me á inexactidão do pressuposto — de que as injurias tratavão-se e sentenciavão-se em Camara — sem distinguir o Appellante as atroxas que assim se qualificavão em relação ás pessoas, ao lugar, ao motivo, ao tempo, á reincidencia, e erão da so competencia dos Juizes Ord. L. 1.º art. 65 § 26 Per. e Souza Clas. dos Crimes etc. etc. Concedo que as Camaras pela ommissão da Lei do 1.º de Outubro de 1828, e pelo novo caracter de que forão investidas não erão competentes para julgar as injurias; que não tendo a Lei de 15 de Outubro de 1827 que creou os Juizes do Paz incumbido á estes hum tal processo—

« as injurias erão accusadas por acção ordinaria contra os crimes civilmente intentadas »

mas até quando? hoc opus hic labor est! « até que a Lei de 26 de Outubro de 1831 as considerou crime policial para deverem ser processados segundo a Lei de 6 de Junho de 1831 » he o Appellante que diz — aqui estão as suas palavras:

« Aparecen a Lei de 6 de Junho de 1831, e no Art. 5.º dispõe — aos Juizes do Paz fica competindo ex officio a punição de todos os crimes de Policia da mesma sorte que já procedem a cerca dos delictos contra as Posturas Municipaes. Mas não sendo o crime de injuria Policial persistia a improvidencia, e a só competencia da acção ordinaria crime civilmente intentada contra elle. Eis so que veio supprir e prover a precitada Lei de 26 de Outubro de 1831 no Art. 5.º »

E não he isto hum esquecimento da Legislação do Paiz? por virtude da Lei de 26 de Outubro de 1831 he que as injurias deixarão de ser demandadas só por acção ordinaria? e onde fica a Lei de 20 de Setembro de 1830 anterior á predita Lei, a qual commetteo aos Jurados o conhecimento deste crime pela mesma forma e maneira porque lhes commetteo o julgamento dos crimes de abuso de Liberdade de imprensa! Lá vai o Art. 5.º da Lei.

« Nos mesmos cazos em que por esta Lei são puniveis os abusos de Liberdade de Imprensa são igualmente puniveis os abusos de palayras ou escriptos não impressos etc. »

Logo he erro dizer-se que até a data da Lei de 26 de Outubro de 1831 persistia a improvidencia, e a só competencia da Acção ordinaria -- Esta Lei não fez mais do que transferir o julgamento dos Jurados para os Juizes de Paz.

2.º *Fundamento da delicta.*

* A injuria feita por escripto não impresso não dependerá para ser como tal qualificada de outras circumstancias, alem da simples existencia? certo que depende da circulação por mais de 15 pessoas com o consentimento do Autor. He expresso no Art. 7.º §. 5.º do Cod. Crim.º

Que confusão! e em retorsão que miseria! O Codigo Criminal no Art. 7.º apenas comprehendendo o abuso da publicação e communicação dos pensamentos, apenas ali tractou dos pensamentos que sómente são crimes pela publicação por mais de 15 pessoas; referio-se aos delictos publicos contidos na Parte 2.ª tt. 1.º do Cod. Crim., aos delictos contra a existencia politica do Imperio, contra a Constituição, contra S. M. o Imperador etc. por quanto para que se dê a provocação destes delictos he de mister a publicação, e o Legislador nesse Art. enumerou gradualmente as pessoas que são responsaveis por ella no § 1.º o Impressor, no § 2.º o Editor, no § 3.º o Autor que se obrigou, no § 4.º o Vendedor, e como os escriptos não impressos, não gravados, não litografados podião girar clandestinamente, e publicar-se por mais de 15 pessoas e produzir a provocação, no § 5.º considerou o publicador criminoso, salvo se elle provasse quem tinha sido o autor, e que a publicação se fizera por seu consentimento. Se o que constitue aquelles crimes he a provocação, se a provocação só pôde dar-se com a publicação, o autor do escripto sem que o publique não he criminoso; e por certo que seducção, que provocação ha se um individuo escreve ou communica os seus pensamentos contra a forma do Governo a um seu amigo, se os não publica? Da publicação he que vem a communicação dos pensamentos, d'ahi a possibilidade de adhesão a esses pensamentos, a ameaça da perturbação da ordem social, a perpetração d'aquelles crimes.

Porem o Autor da calumnia e da injuria sem que a publique por 15 pessoas não he criminoso? o Art. 7.º § 5.º he extensivo ás calumnias e injurias? Não por certo; a regra ge-

ral estabelecida nesse Art. he limitada pelos Arts. 230, e 238 do Cod. Crim.

Art. 230—Se o crime de calumnia for commettido por meio de papeis impressos, litografiados, ou gravados que se distribuirem por mais de 15 pessoas.

Art. 238—Quando a injuria for commettida *sem ser por algum dos meios estabelecidos no Art. 230* será punida com a metade das penas.

O Legislador pois não definiu os meios porque a injuria podia ser feita: não quiz limitar estes meios como limitou a respeito dos outros crimes, apenas estabeleceu no art. 230 hum dos meios, aquelle que era mais aggravante, para puni-lo com duplicada pena, mas sempre que trata dos outros crimes commettidos na Parte 2. tit. 1.º, sempre que trata desses crimes que dependem da publicação por mais de 15 pessoas, elle fixa os tres meios, publicação por escriptos impressos, por escriptos não impressos, e em publicas reuniões: a generalidade pois do Art. 238 he a limitação desse Art. 7.º § 5.º; por outra o Art. 238 he a excepção da regra geral do Art. 7.º § 5.º

Em verdade como já disse a publicação he de mister para os outros crimes porque só por meio della he que o Autor mostra a intenção criminosa, só por meio della he que se realiza a provocação: porem o mal da calumnia, e da injuria não he feito? o proposito de offender não está conhecido desde que hum individuo imputa á outrem hum crime, ou hum vicio e defeito que não tem? Não ha humna pessoa offendida, e á esta pessoa offendida não deve a sociedade proteger: a autoridade publica ha de declarar que lhe não compete punir offensas contra a honra, que ao homem em sociedade he mais cara que a vida, que os bens, que tudo: esta declaração, esta indifferença não armão o braço particular, não autorizaõ as vinganças pessoais? Se Pedro tem direito á sua reputação, João tem obrigação de respeitar esse direito, e por certo que o não respeita, fazendo delle hum conceito immerecido, imputando-lhe huma injuria: ou seja feita em publico ou em particular, o direito offendido he o mesmo, a obrigação que João infringio a mesma, a intenção de offender evidentemente conhecida: a impossibilidade de prova se Pedro se achava sós com João, não decide da criminalidade do facto; se o assassino me fere em lugar deserto, sem que ninguem o veja, nem eu deixei de ser ferido, nem o ferimento deixou de ser crime,

He visto pois que nas injurias só ha a differença dos meios do Art. 230 para os meios do Art. 238. O Art. 230 falla das injurias impressas que correm por mais de 15 pessoas, o Art. 238 comprehende as injurias feitas por qualquer meio que não seja o de escriptos impressos, e publicados por mais de 15 pessoas. As injurias feitas pelo meio do Art. 230 tem a metade da pena, logo são a impressão e a publicação que distinguem o meio do Art. 230 dos meios do Art. 238, não a impressão e a publicação que aggrava a injuria. As injurias verbaes, os escriptos não impressos quer se publiquem, quer não, as cartas mistivas, os gestos e signaes insultantes são os meios de injuriar comprehendidos no Art. 238 e differentes dos meios do Art. 230 -- scilicet: impressão e publicidade.

O Appellante mesmo deo a razão da differença do Art. 230 entre o Art. 238 -- a Sente-se quanto mais facil pode ser a circulação clandestina destes do que a dos escriptos não impressos: -- só lhe faltou tirar a conclusão: -- he por isso que o Legislador duplicou a pena dos escriptos impressos e impoz somente a metade dessa pena aos não impressos -- esta conclusão tambem responde ao Appellante quando diz:

Como logo (como logo?!) poderia a mesma Lei tornar o escripto não impresso só injurioso com menor ou nenhuma circulação? o escripto não impresso de muito menor susceptibilidade criminosa?

Por ter menor ou nenhuma publicação, por ser de menor susceptibilidade criminosa he que a pena he menor, se a pena he menor onde a estranheza, onde a admiração?!

De passagem cumpre notar huma belleza da defesa!

Quaes os requisitos que o publicador deve de provar para que fique isempto da responsabilidade da publicação? Será hum delles como pressupoz o Appellante -- a a circulação por mais de 15 pessoas? e ou simplesmente quem foi o Autor e que por consentimento delle he que se fez a publicação? certo que somente estes dois ultimos, porque sobre ser hum absurdo que consistindo o crime do publicador na publicação por mais de 15 pessoas fosse elle obrigado a ser o seu proprio accusador, a provar o seu crime, o Cod. he expresso.

e Os que communicarem por mais de 15 pessoas os escriptos não impressos se não provarem -- quem he o autor e que circularão com o seu consentimento -- provando -- estes requisitos será responsavel somente o autor: e

Não he obvio que o -- provando--referem-se ao--provarém -- provando estes requisitos, quaes? -- aquelles que se os publicadores não provarem são criminosos -- certo que aquelles que se achão a poz a expressão -- se não provarem. --

A' vista do que disse e dos termos genericos do Art. 238 huma carta missiva he hum meio pelo qual se pode injuriar. Que huma carta missiva pode ser hum meio de injuriar não he só opinião nossa, a Corte de Cassação de França assim o declarou, como refere Carnot Vol. 1.º p. 579.

Non tantum ratione imperii sed imperio rationis.

On avait, diz Carnot, poussé le pyrrhonisme jusqu' a mettre en doute si l'injure contenue dans une lettre missive constituait une injure verbal ou une injure écrite, et il fallut une arret de la Court de Cassation pour terminer cette contestation, tout absurde qu' elle était.

« Cet arret jugea, comme cela devait être, que l'injure était écrite. »

Elle refere apoz isto muitas acções propostas em juizo sobre injurias contheudas em cartas missivas. E huma tal intelligencia vem tanto a proposito, quanto o Art. 576 do Codigo Francez he concebido em expressões genericas, como o nosso 238.

« Toutes autres injures, ou expressions outrageantes qui n'auront pas en ce double caractere de gravité et de publicité, ne donneront lieu etc. »

Se pois as injurias feitas por huma carta são criminosas a vista do que disse, como não serão aquellas que são feitas por hum Officio que o subdito dirige ao Superior, hum Officio que deve de ficar arquivado, exposto ainda que o Presidente não queira ás vistas dos seus Successores, á vista dos Officiaes da Secretaria?

Que alarme se não derramaria na Sociedade! ? que desesperação não seria a do homem probo, e melindroso? á quantos crimes não daria origem huma intelligencia tão exotica do Cod. Crim. se vós a recebesseis? se vós declarasseis com o Appelante que o injuriado só tinha acção, só achava protecção no Tribunal se a injuria fosse feita perante 15 pessoas, que qual-

quer podia dirigir a outrem cartas injuriosas? o que seria do respeito e consideração do Superior, se o Subdito não fosse criminoso fazendo dos Offícios o vehiculo de injurias contra elle? O acolhimento de humta tal opinião não importava a declaração de que estava aberta a porta ás vindictas particulares, que ninguém devia confiar na autoridade, que cada hum por seu braço devia procurar a desforra? que idêa se faria de humta sociedade em que o individuo fosse obrigado a ver com indifferença murchar sua honra, desfinhar seu credito por humta calumnia ou injuria ardeiramente propaladas! que germen de infamia e de deshonra! ou de crimes e de vinganças!

O Art. 375 do Cod. Francez que o Appelante citou, sobre estar abrogado, como diz o commentador Mr. Rogron, pela Lei de 20 de Maio de 1819, não vem ao caso, diz o Art.

« Quant aux injures ou aux expressions ou trageantes qui ne refermer ont l'imputation d'aucun fait précis ou d'aucun vice déterminé, si elles ont été proférées dans les lieux ou réunions public ou insérées dans les écrits imprimés ou non, qui auroint été répandus et distribués, la peire sera —

Com este Art. prova o Appellante que as injurias feitas por escriptos não impressos, em França não são punidas se elles não são publicados? -- repandus, et distribués? Erra orasamente -- porque se estes escriptos não impressos não forem publicados são punidos conforme o Art. 376, que já citamos, e repetimos, :

« Toutes autres injures ou expressions outrageantes qui n'auront pas en ce double caractere de gravité et de publicité, ne donneront lieu qu' a des peines de simple police »

Entre a Legislação Franceza e a do Brazil se vê que a differença he esta : ali a publicidade he que aggrava a injuria, aqui a impressão, e publicidade, mas lá e aqui a publicidade não he de mister para constituir o crime de injuria.

3.º Fundamento da defesa.

« Ha crime de injuria em tudo que pode prejudicar a reputação e a honra de alguém, e em discursos reputados insultantes na

a opinião publica. Tudo se refere á opinião publica -- mas quem será o órgão ou contraste da opinião publica em tais casos para a declarar e apresentar? Não he o parecer do Juiz que constitue a prova -- »

Se no pensar do Appellante não he o Juiz o competente para declarar se tal ou tal expressão he insultante na opinião publica: porque não he elle que a representa, quem a rá? O Povo? Mas então he o Povo que julga, porque o julgamento deste crime que ao Juiz de Direito compete, em mais não consiste do que nessa mesma declaração, se pois o Povo declara que a opinião publica pensa por tal e tal modo, o Juiz não he mais do que hum automato, o Juiz está na rigorosa obrigação de obedecer. E o que ha mais! como he possível reunir o Povo para esta declaração? Que processo em tal caso se deve seguir? andará o Juiz de porta em porta colhendo voto de cada hum? certo que a instillação dos Comícios Romanos seria o meio mais a-propositado.

Quer o Appellante que sejam as testemunhas que declarem: a difficuldade he a mesma, o absurdo e contradição palpaveis.

Se o Juiz não he representante da opinião Publica, porque -- a opinião commum não he a de hum só -- como diz o Appellante fundado na Lei de 25 de Junho de 1760 § 2.º -- cinco testemunhas tambem não podem ser os Representantes ou para me aproveitar das expressões do Appellante, os -- Órgãos exhibitórios, -- porque a opinião de cinco homens não he a opinião commum.

a Porque as opiniões são entre si tão diversas como o costume ser os juizos dos homens. Lei de 25 de Julho de 1760 § 2.º »

E o que seria neste caso a Testemunha? seria o Juiz, porque já disse a funcão de julgar consiste nessa mesma declaração -- de ser o facto insultante na publico opinião -- declarado isto -- o facto está julgado criminoso, não ha mais do que impor a pena -- e impor a pena não he julgar, já he hum resultado do julgamento. As testemunhas só depoem sobre factos, mas não sobre huma opinião, sobre a força de hum raciocinio, sobre a intelligencia de huma palavra.

Em verdade o complemento da defesa do Appellante está neste pedacinho;

a A leviandade he pelos §§ 4.º e 5.º do Art. 235
e do Cod. Crim. considerada como injuriosa quando
e nem nesses §§, e Arts. nem em todo o Cod. existe
a esta palavra leviandade. »

Qual he a conclusão? que não declarando o Cod. em nenhum dos seus Arts. -- as palavras que eram injuriosas, não ha crime de injurias: a palavra leviandadeahi não vem; logo não he injuriosa, assim todas as outras; pelo gosto do Appellante o Cod. devia ser hum Dictionario de palavras torpes, e insultantes!

Demais queria o Appellante que para a Denuncia proceder eu provasse o prejuizo que com effeito tinha soffrido o Exm. Presidente com a injuria -- Palavras d'elle:

a Não se tendo produzido prova acerca do prejuizo
a causado na reputação do Exm. Vice Presidente -- »

Ahi está reproduzida a ideia de andar eu de porta em porta para perguntar que conceito cada hum fazia do Exm. Presidente depois da injuria! ahi está a necessidade dos Camcios Romanos! A ideia he boa, mas não quero carregar com huma obrigação que a Lei me não impoem: não exige o Cod. que com effeito a injuria prejudique a reputação d'alguem -- porque se assim fora, certo que o Appellante estava livre da huma Denuncia minha, porque as provas todas serião a seu favor, mas a só possibilidade do prejuizo da reputação constitue a injuria: assim o declara o Cod. Art. 263 § 4.º: « Em tudo o que pode prejudicar a reputação d'alguem »

4.º Fundamento da defeza.

Que a palavra leviandade não he injuriosa -- Porque ella significa -- demasiada pressa, inconsideração; ligeireza, falta de exame, e de ordem providenciais. --

Accrescenta o Appellante que na referida accepção quer elle que aquella palavra seja entendida, como se fosse licito áquelle que de huma palavra injuriosa se servisse, torce-la a seu geito, dar-lhe huma significação lisonjeira.

Autoriza esta significação que deo com o Dictionario -- Portuguez, Francez, e Ingles de Costa e Sá -- afinal nos diz: que em Francez era -- *Temerité, inconsideration, mouque de rre*

flexion, indiscretion; em Latim -- Temeritas, atis, inconsiderata, se -- s. do genero femenino.

Mas que importa que o Appellante dê esta ou aquella significação á palavra quando na accepção em que elle a tomou he ella injuriosa? que nos importa o Francez, o Latim neste caso, quando he certo que o valor de huma injuria he relativo á cada paiz, porque, como diz Filangiere; huma palavra insultante em Pariz pode ser hum termo indifferente em Londres: pois para se avaliar se se fez huma injuria em Pernambucano, temos necessidade de consultar como se pensa em Pariz, em Copenhague, e em Petersburgo? Ha necessidade de saber-se qual o nome que em Latim corresponde, qual o seo genitivo, e qual o genero?

Dizer que qualquer homem he leviano, ou inconsiderado, ou precipitado, he irrogar-lhe huma injuria; si á qualquer estas palavras injuriso, quanto mais áquelle a quem está confiada a administração publica? se a confiança publica he de mister ao Governante para que elle possa sem entraves dirigir a administração, se a leviandade de hum acto estabelece a presumpção de leviandade de todos, se esta presumpção ataca aquella confiança, se aquella confiança he a mesma reputação, a leviandade he huma injuria, e injuria aggravante neste caso: a palavra entendida como quer o Appellante he huma injuria; quanto mais entendida no pensar commum -- leveza de juizo -- eis o que significa, como dizem Moraes, e Constancio, acreditados mestres da Lingoa o -- leviano -- e não he tudo isto contraposto ao bom senso, á prudencia que são precisas á qualquer homem, é quanto mais áquelle que rege os interesses do Povo? Hum só acto de juizo não prova senso, em quanto que hum só acto de loucura prova demencia. Ferreira Borges. Medicina Legal,

Não injuriosas, diz o Appellante, porque ellas só indicão o pagamento do inevitavel tributo de hum somno a fragilidade humana,

Por tal modo em arrostrar a outrem que elle he bebado, que tem este ou aquelle defeito não commette o individuo hum crime, porque são tudo fragilidades humanas: que hum individuo se embriague, ou que obre sem reflexão, são fragilidades por igual culposas.

Que com effeito foi escripta com muita precipitação, e leviandade a increpação de officio a fl. 5.

Não fique em duvida o Appellante de que o Officio do Exm. Vice Presidente em que exigio o cumprimento da ordem de 9 de Fevereiro se refere a não ter elle concluido competentemente a exigencia. -- E por ventura em dizer o Exm. Vice Presidente que a ordem de 9 de Fevereiro ainda não estava executada obrou com precipitação e leviandade? não presumio bem que a ordem não estava executada? se presumio bem ou mal, o facto he que o demonstra: a realidade que o Appellante confessa, põe o Exm. Presidente a salvo de qualquer increpação.

A ordem foi dada a 9 de Fevereiro: o Officio pelo qual o Exm. Presidente reiterou esta ordem he de 21 de Maio: até 21 de Maio não estava ella completamente executada, nem ao menos o processo se achava no seo meio, confronte-se o documento, que o Appellante ajuntou; só se havião feito a vestoria, e citação; o Appellante deo a razão da demora, e mostrou o curso do Processo no mez de Fevereiro, e Maio, e diz que não sabe a marcha que o negocio seguiu nos dois mezes em que elle se achou na Assembléa Provincial, isto he Março, e Abril; mas posto não estivesse o Appellante no lugar de Procurador Fiscal, o lugar estava preenchido por hum outro que o mesmo Exm. Presidente nomeara; logo se o processo corresse o seo turno, se nos dois mezes não estivesse parado devia estar concluido, attendendo-se á marcha summarissima estabelecida no Art. 4.º da Lei de 10 de Junho de 1835; se pois o tempo decorrido de 9 de Fevereiro a 21 de Maio era sufficiente para hum Processo tão summario, devia o Exm. Presidente presumir que se não estava concluido, he porque se não havião empregado as devidas diligencias, e a realidade confirma a presumpção; o Appellante confessa, do mesmo documento que elle ajuntou se vê que dous mezes forão perdidos: e que importa que fossem perdidos sendo elle ou outro o Procurador Fiscal? De quem havia o Exm. Presidente exigir o cumprimento das ordens do Governo, senão do individuo que na actualidade estivesse no lugar de Procurado Fiscal? dever-se-hia dirigir a hum particular, á este, ou áquelle individuo?

Se o Exm. Presidente se devia dirigir ao Procurador Fiscal não tinha o direito de dizer que a ordem ainda não tinha sido executada? Estava ella executada? Os Autos respondem. Devia estar executada? por certo que em 3 mezes e 12 dias e sendo o processo summarissimo.

Vê-se pois que o Exm. Presidente obrou como devia, obrou sobre hum presumpção que foi ao depois confirmada pela realidade, que se elle dirigio ao Procurador Fiscal, e não ao Appellante como individuo, Senador elleito.

Quem como o Exm. Presidente por igual não procederia? Não he licito ao Superior reitterar as suas ordens, quando se lhe não dá conta do resultado das primeiras? Para que o Exm. Presidente fosse inculpado por obrar fundado em hum presumpção era de mister que o Appellante previamente lhe communicasse o que realmente era: se vós eu incumbo de hum mandato para o preencherdes dentro dentro de dois mezes, se decorrem tres, e vós nenhuma participação me-fazeis, não tenho direito de dizer que vós o não cumpristes, que o deveis cumprir? Hade o subdito confirmar a presumpção, declarar que a ordem não foi cumprida, e ao mesmo passo que justifica por tal modo o Superior, injurial-o? He visto que o Exm. Presidente obrou como devia, ainda concedido que não fosse o Appellante causa da lentidão do processo.

Em remate se o Exm. Presidente obrou em regra, induzido por hum presumpção que o mesmo Appellante não desmentio: como lhe fez injuria? São injurias estas palavras:

E não havendo Vm. até hoje executado essa ordem, cumpre que o faça quanto antes.

He injuria a exigencia que o Superior faz ao subdito? injuria o exercicio de hum direito? O Appellante encontra-se com a definição e etimologia da palavra — injuria — O que he injuria?

Injuria ex eo dicta est, quod non jure fiat. Lei 1.^a Cod. de fam. libel.

Juris enim executio non habet injuriam. Lei 15 §. 1.
Quae jure potestatis a magistratu fiunt, ad injuriarum actionem non pertinent. Lei 13 §. 6.

Srs, se vós hum tal precedente sancionardes por certo que pelo temor de injurias que tanto mais se facilitarão, quanto a impunidade as proteger; o Superior jámais constrangerá o subdito ao cumprimento dos seus deveres, e como haveis de conciliar esse precedente com o Art. 5. §. 1. da Lei de 3 de Outubro de 1834 —

Executar e fazer executar as Leis?

Como conciliar esse precedente com o Art. 154 do Cod. Crim.?

Deixar de cumprir ou de fazer cumprir exactamente qualquer Lei ou Regulamento?

Como conciliar este procedimento com o Art. 156 do mesmo Cod.?

Como conciliar este procedimento com a razão, com a justiça?

Quer o Appellate desalojado dos pontos de defesa, que procurou, abrigar-se no Art. 9. §. 4. do Cod. --

« Os que censurarem os actos do Governo, e da Pública administração em termos posto que vigorosos decentes, e comedidos. --

Quer que o Subdito nos officios que dirigir ao Superior tenha o direito de o censurar? O § 4.º deste art. não pode de nenhum modo ser extensivo ao subdito, quando se elle dirige ao Superior por officio, sem quebra do respeito, do decoro, das relações de superioridade! que anarquia na Sociedade? O subdito com o mesmo direito pelo qual delle se distingue o Superior? O subdito com o direito de inspecionar, de reprehender o seu Superior? que anarquia!

O Superior pode reprehender sem excessos o inferior, Art. 144 do Cod. Crim. O subdito tem o direito de censurar o Superior em termos vigorosos.

Censurar, reprehender são sinonimos. Const. Dico. Fonceca. Dico. dos Sinonimos; Moraes Dico.

Não está por terra a differença que distingue essencialmente a Superioridade? E o que he mais! o direito do Subdito he maior que o do Superior, pois que o do subdito tem o grande elastério das palavras -- em termos vigorosos, posto que decentes e comedidos: palavras que dão largueza ao arbitrio, á impunidade; e a par do presupposto vos eu offereço hum exemplo no Appellante que julga: que as expressões -- leviandade e precipitação -- são termos decentes! e comedidos! posto que vigorosos!.

Mas se o Legislador concedesse esse direito a qualquer subdito, e se não admitisse a restricção -- de ser elle só exercido pela imprensa -- por que não punio o abuso do direito? Pois no Art. 144 punio o abuso do Superior no exercicio do direito de reprehender o inferior -- e esquecer-se-hia de punir especialmente o subdito, se tal direito lhe concedesse? He visto que o legislador não punio o abuso, porque não concedeo o direito.

Mas dado e não concedido que o direito de censurar os actos da administração consignado no Art. 9. a qualquer Cidadão seja extensivo ao subdito quando officiar ao Superior, que hum Meirinho da Relação pode censurar-vos, e reprehender-vos, que o Porteiro da Secretaria do Governo em vez de enu-

de sua obrigação pode fazer huma pratica ao Presidente, advertit-o, reprehendel-o: -- pergunta-se -- o Appellante usou de palavras commedidas e decentes? Eu me refiro ao que já disse.

Vou pulverizar em fim o ultimo ponto da defesa com que deparei por entre as fileiras serradas de tantos Jurisconsultos, ou como os chamou o Appellante -- Reinicolas, v. g. Puffendorfio, Vinnio!

« Quem escreveo, quem redigio (o Officio)? Pela
« Lei o de facto tem a Vice Presidencia o seo Ollici-
« al Escripitor e redactor de toda a correspondencia
« e expediente -- o Secretario --- Logo em relação
« ao Secretario he que foram ditas aquellas pala-
« vras.

Mas em que Lei achou o Appellante que era o Secretario o responsavel pelo que está assignado pelo Exm. Presidente? Se a ordem, se o Officio he do Exm. Presidente, a presumpção legal he que a escripturação foi feita conforme elle mandou, que assignando, elle a approuou, e a tornou como sua.

Perplexo o Appellante entre a condição de Procurador Fiscal, e de Senador do Imperio, involuntariamente e como arre- trado pelos remorsos, ou pelo temor da pena, offerceco essa defesa tão pueril quanto contradictoria: mas conheceo logo a sua dignidade, pareceo-lhe indecoroso desculpar-se das offensas que fizera ao seu competidor, e proseguio:

« Se foi o Exm. Vice Presidente o proprio redactor
« deste Officio declara o Appellante altamente que
« he com elle, e a elle que se dirige, e se dirige. »

E que importa isto? o protesto de incorrigibilidade, e aquelle, que em vez de humilhar-se nos degrãos do Tribunal, de se mostrar contrito, de prometter emendar-se, reincide no delicto, pode merecer a vossa commiseração?

Prescindindo de muitos pormenores á que o Appellante desceo, e que não valem a pena de serem considerados, tenho concluido a minha tarefa, certo, de que vós sabeis dar o devido valor ao que de parte á parte se produzio: que não he só o Exm. Presidente desta Provincia que soffre o desgosto de se ver injuriado pelo Appellante seu subdito, vós occupaes hum posto elevado, tendes subditos, correis o mesmimo risco.

Homo sum, humanum nihil a me alienum puto.

F. J.

O Promotor Publico

José Thomaz Nabuco d'Araujo Junior.

Pernambuco na Typ. de M. F. de Faria. Novembro de 1836.